

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO EM CRIANÇAS DO ENSINO
FUNDAMENTAL

IZABEL CRISTINA JERÔNIMO

FORTALEZA-CEARÁ
2005
DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO EM CRIANÇAS DO ENSINO
FUNDAMENTAL

IZABEL CRISTINA JERÔNIMO

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COMO REQUISITO PARCIAL PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ.

FORTALEZA-2005

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Izabel Cristina Jerônimo

MONOGRAFIA APROVADA EM ____/____/____

Marisa Pascareli Agrello
Orientadora

Aos meus progenitores que foram os maiores autores da dinâmica vitoriosa da minha vida pessoal e profissional. Eles, que na vida terrena tanto intercederam por mim, hoje, lá no Céu, santuário dos justos perante *O Deus Todo Poderoso*, certamente celebram com os Anjos Celestiais, esta magnânima conquista.

Aos meus descendentes diretos, em especial, aos meus futuros filhos, pelo pergaminho de Psicopedagoga, que com honra, lhes dou como privilegio.

Parabéns aos professores que compuseram o quadro deste brilhante curso e em especial à Professora e Orientadora Marisa. À Coordenação na Pessoa da Professora Gláucia Ferreira que com bastante maestria conduziu este curso ao sucesso.

Muito obrigado à Professora **Ruth Guerra** que orientou o Estágio Clínico e colocou a disposição sua clínica e todo seu material para que fizéssemos o melhor! Sua prontidão e sabedoria são imensuráveis.

Ao Senhor Walddgard por ter por meio de sua acurada impressionabilidade altruísta e larga cultura, ensejado o néctar de minha hígida formação ética e moral.

Ao professor Tarcísio Soares, de quem fui assessora e aluna, por ter sido o mediador seguro, notável e rívido, sem perder a ternura, do meu saber técnico e científico construído em meus estudos e pesquisas acadêmicos. Qual fez-me acreditar e executar que: *A competência e o talento são atributos construídos pela ação do sujeito no exercício contínuo de suas experiências movidas pela vontade soberana*

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
Introdução.....	07
1. Contextualização da educação e do Ensino Fundamental.....	12
1.1. A organização do Ensino nas Disposições Normativas das Diversas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	16
1.2. O Ensino Fundamental Atualmente de Acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Base 9394/96.....	17
1.3. Objetivos do Ensino Fundamenta.....	21
1.4. Princípios, Natureza e Função dos Parâmetros Curriculares Nacionais no Ensino Fundamental I.....	24
2. Investigando as dificuldades apresentadas.....	28
2.1. Diagnóstico Psicopedagógico.....	31
2.2. Utilizando o Lúdico no Diagnóstico Psicopedagógico.....	41
2.3. Para que Serve a Anamnese.....	46
2.4. Devolutiva e Encaminhamento	51
3. Família e Escola: Uma Parceria na Formação da Criança.....	53
3.1. Família	61
3.2. Escola.....	65
4. CONCLUSÃO.....	68
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72

RESUMO

A pesquisa foi feita fundamentada em várias obras de autores reconhecidamente renomados. Este trabalho intitulado “*Diagnóstico Psicopedagógico em Crianças do Ensino Fundamental*”, segue o ensinamento contextualizado desses autores sobre educação. Faz-se primeiramente uma análise crítica desde a primeira forma de educação, oferecida pelos jesuítas, passando pelas Leis de Diretrizes e Bases até os Parâmetros Curriculares Nacionais. Coloca-se em evidência o papel da Psicopedagogia Clínica, Institucional e Preventiva como conhecimento emergente para atender o chamamento na busca de solucionar ou amenizar a situação periclitante porque passa a educação brasileira, onde vive um alastramento de fracasso escolar. Evidencia-se, como ferramenta básica de atuação do psicopedagogo, o diagnóstico – análise, avaliação e tratamento. Alguns autores se clarificaram pela relevância de seus ensinamentos o que se justifica o emprego da Epistemologia Convergente, dando a mesma consistência e confiabilidade, com todas suas etapas processuais até a devolutiva. Chama-se a atenção desta última etapa com especial execução, vista esta ser a linha de ligação de confiança entre o psicopedagogo, os pais ou responsáveis e a criança. Afirma-se a importância da entidade formadora de opinião e de onde a criança recebe a *primeira educação*: a família, sendo esta parceira indispensável na tarefa de bem educar a criança.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta Monografia deve-se ao fato de que a expansão do Ensino Fundamental no Brasil tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas psicopedagógicas por uma educação institucional para crianças e adolescente o que se justifica sobremaneira os objetivos desta Monografia.

Assim sendo esses objetivos visualizam a prática pedagógica à luz da Psicopedagogia porque ao professor cabe cumprir o papel de mediador na aquisição do conhecimento, apresentando o elenco de informações de forma adequada ao grau de compreensão que seu aluno é capaz de ter, estruturalmente.

Com tais objetivos projeta-se uma escola que tenha como objetivo construir uma relação incondicional com o aluno, que não seria visto apenas como “consumidor de conteúdos” mas como um ser que entre outras necessidades, aspira desenvolver-se integralmente. Então, leituras e reflexões leva-se a perceber que muito mais do que a mera passagem de conhecimentos, o que realmente educa é a relação que se estabelece entre o professor e o aluno, assim como, na família, a qualidade da educação se dá na mesma medida da qualidade do vínculo entre pais e filhos.

Conseqüentemente, aos que estão envolvidos no processo de ação no campo da educação cabe observar, educar o seu olhar na perspectiva do outro, adotar a escuta como meio de conhecer mais o seu aluno, refletir sobre sua “práxis”, buscar nas pesquisas e em outros profissionais a resposta para suas questões, resgatar o seu aluno, conduzindo-o ao prazer de conhecer e aprender. São ações que poderão ser implementadas pela Psicopedagogia.

Não basta apenas alertar para o momento da aflição intensa que passa a educação, em consequência, acredita-se que pela marcha das novas realidades no processo educativo que surge com tanta rapidez, pelo advento de novas técnicas, novas ciências e novos conhecimentos.

O grande desafio, portanto, está em assimilar as dificuldades pelas quais os educadores passam, e compreender que a dificuldade maior em cumprir o que determina a LDB – Lei de Diretrizes e Bases e seus artigos é estruturar ação (políticas) pública que atendam a educação do Ensino Fundamental. Sem esquecer, é óbvio, que não se pode descuidar da Educação Infantil.

Projetar nos Parâmetros Curriculares Nacionais as perspectivas que a escola deve atingir no seu planejamento e vivenciar grandes desafios, por meio de sua dinâmica funcional do cotidiano. São inúmeras as dificuldades em avançar nesse entendimento e prática, devido principalmente à falta de recursos específicos para aquisição de material, reciclagem de educadores e educação continuada.

Os princípios, os objetivos, a natureza e a função dos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais são claros, pertinentes e válidos, porém, são impraticáveis devido ao cenário de dificuldades que os gestores da educação estão vivendo.

Frente ao fracasso escolar que ora se vivencia, a Psicopedagogia vem atuar neste âmbito. O trabalho do Psicopedagogo seja na clínica ou na escola, é basicamente compreender a aprendizagem ou não-aprendizagem.

A Psicopedagogia emergiu no Brasil como busca de uma solução que correspondesse ao grande problema do fracasso escolar. Daí ela evoluiu de acordo com a natureza de seu objeto e de seus objetivos. Esta afirmação tem cunho verídico e válido pois o emergir da Psicopedagogia no Brasil assumiu características e metodologia próprias, ou melhor, como uma ciência nova, autônoma, com objetos, princípios e fins

específicos porque é verdadeiro que se vive uma educação que beira a raia de uma realidade dramática.

A ação psicopedagógica implica investigar a queixa, levantar hipóteses, diagnosticar e intervir.

A Psicopedagogia passou a adotar como seu objeto de estudo a gênese da aprendizagem. Considera não mais o sintoma, não mais o desempenho, os bons e os maus resultados. A reflexão teórica e prática para intervenção psicopedagógica levou a constatação de que a relação psicopedagógica não se estabelece entre o psicopedagogo e o processo de aprendizagem, mas entre o psicopedagogo e o sujeito desse processo, o ser cognoscente, ou seja, o ser em processo de construção do conhecimento.

Para fixar o conhecimento e o saber pode-se considerar o ser cognoscente como uma unidade de complexidade, ou seja, como um ser pluridimensional, tendo uma dimensão racional, afetiva/desiderativa e uma dimensão relacional, esta tendo uma implicação interpessoal e uma implicação contextual.

Ressalta-se que, considerando esse ser cognoscente como tendo dimensões dinâmicas que se articulam e não simplesmente aspectos, pois “aspecto” nos parece insuficiente para exprimir o caráter constitutivo dessas dimensões no processo de construção do conhecimento e de organização do próprio sujeito, pois este assume um processo pessoal, gradual, cumulativo, contínuo e global.

A dificuldade de aprendizagem seria apenas um mau desempenho, um produto a ser tratado. Além disso, a Psicologia e a Pedagogia eram vistas como elementos justapostos e dentro dessa perspectiva, a Psicologia é apenas estimuladora, normativa e reguladora da vida intelectual. De acordo com essa visão, a Psicopedagogia, na realidade, não seria um saber independente dotado de fundamentos próprios, mas uma síntese simplificada dos múltiplos conhecimentos psicológicos e pedagógicos. Entretanto, tratar os sintomas se revela insuficiente para o êxito escolar, e

começa-se então a entender o sintoma como sinal, produto, emergência de uma articulação dos diferentes aspectos de aprendizagens, a saber: o aspecto afetivo, o aspecto cognitivo e o aspecto social.

Segundo Visca (1991), a visão sobre diagnóstico segue o eixo em dois conceitos fundamentais e complementares, compreendendo o conceito do ser humano e o conceito de problema de aprendizagem.

O lúdico é uma das principais ferramentas para observar a construção do sujeito cognoscente, visto que no campo da atividade lúdica vão exercitar as funções mais importantes da atividade que ajuda a lidar com todas as complexas emoções de sua vida: amor, ódio, agressão e ansiedade. A criança, então, rápido aprende a orientar o seu interesse para o corpo da mãe. Nesse sentido o lúdico torna-se significativo, possibilita a manifestação mental de imaginar o brinquedo, que é o primeiro passo para uma atividade intelectual de representação. Pode-se dizer que a partir daí a história do desenvolvimento da linguagem se desenvolve. A criança passa a receber pressão interna do inconsciente para dar sentido ao que lhe ocorre.

Freud citado por Winnicott (1975), legitimou esses primeiros processos psicodinâmicos construtivos do brincar da criança em processo de estruturação da personalidade ao afirmar que o lúdico reflete a função e o mecanismo psicológico da atividade infantil – que é a atividade lúdica.

Afirma-se, quando se acompanham as transformações da contemporaneidade, que a família e a escola tornaram-se imprescindíveis no desenvolvimento humano, que se classificam como uma das maiores instituições criadas pelo homem.

Embora tardia, a criança passou a ser considerada como a fase mais importante para o desenvolvimento do adulto saudável, hígido, útil a si e à sociedade. Diz-se isso visto que a educação infantil passou a ser considerada, necessária, útil e

imprescindível apenas no final do século XIX. Daí então ela passou a ser a depositária dos cuidados pedagógicos. De início eram cuidados tímidos, passando a ser o núcleo e a área mais importante na formação da criança.

Família e escola como parceira na formação da criança é uma gestão das mais importantes, se não a única, capaz de tirar a criança de um meio social de transformação tão violento, tão rápida, que a própria conceituação de filho, criança e pais mudam de uma maneira assustadora.

Foi feita uma revisão de literatura utilizando-se o que há de mais indicativo pertinente ao tema deste trabalho.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Desde o início da educação formal até os dias atuais, a educação, seja ela oferecida nas escolas pertencentes à rede pública ou privada, passou por várias etapas e obteve muitas conquistas.

A educação no Brasil iniciou com os jesuítas, em quase todo o período colonial. E naquela época a educação não tinha um cunho social importante. Estava voltada para a catequese e instrução dos indígenas, porém, para a elite colonial outro tipo de educação era oferecido.

“A ação pedagógica dos jesuítas foi marcada pelas formas dogmáticas de pensamento, contra o pensamento crítico”. (Lopes, *et al.* 1991, p.26).

Não era permitido, nesse regime, cogitar a possibilidade de uma prática pedagógica que buscasse uma perspectiva transformadora da educação.

Após a educação sair do controle dos jesuítas, não ocorreram no país significativos movimentos pedagógicos. Somente por volta de 1870, época da expansão cafeeira e da passagem do modelo agrário-exportador, ora em que se encontrava, para o urbano-comercial exportador, o Brasil dar seus primeiros passos para uma educação libertadora, que segundo Saviani, (1983, p.275):

"Tomam corpo movimentos cada vez mais independentes da influência religiosa".

Os pareceres de Rui Barbosa, de 1882, e a primeira reforma republicana, a de Benjamim Constant, em 1890, dão indicadores de uma Pedagogia Tradicionalista, vertente esta que mantém a visão essencialista de homem, não como criação divina,

como diziam os jesuítas, mas aliada à noção de natureza humana, essencialmente racional. (Saviani, 1984).

Já de 1930 a 1945, com as profundas transformações sofridas pela sociedade brasileira motivada basicamente pela modificação do modelo sócio-econômico.

Segundo Lopes *et al.* (1991, p.29):

"No âmbito educacional, durante o governo revolucionário de 1930, Vargas constituiu o Ministério de Educação e Saúde pública. Em 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, preconizando a reconstrução social da escola na sociedade urbana social".

O período de 1930 e 1945 foi bastante marcado pelo equilíbrio entre as influências da concepção humanista tradicional, representada pelos católicos, e a humanista moderna, representada pelos pioneiros.

Entre 1960/1968, a educação foi marcada pela crise da Pedagogia Nova e articulação da tendência tecnicista. A Pedagogia Tecnicista está relacionada diretamente com a concepção analítica de Filosofia da Educação. Mas não como consequência sua. Essa concepção analítica é bem explicada por Saviani (1983, p.179):

"... não tem por objeto a realidade. Refere-se, pois, à clareza e consistência dos enunciados relativos aos fenômenos eles mesmos. (...) a ela cabe fazer a assepsia da linguagem, depurá-la de suas inconsistências e ambigüidades. Não é sua tarefa produzir enunciados e muito menos práticas".

Na Pedagogia Tecnicista, o papel do professor era apenas de um mero transmissor de objetivos instrucionais, e o aluno um mero receptor, que necessita daqueles "*conhecimentos*", para o mercado de trabalho. Nesse modelo é completamente esquecido o aluno como gente, não é levado em consideração seu desenvolvimento social e emocional. Ele é preparado quase que para exercer o papel de "*máquina*".

Na primeira metade da década de 80, instala-se a Nova República, iniciando, assim, uma nova fase na vida do país. A ascensão do governo civil da Aliança Democrática acaba com a Ditadura Militar, mas conserva inúmeros aspectos dela, sob formas e meios diferentes. Muitos profissionais e pessoas ligadas à educação consideram que nessa década houve o ¹*bug* da educação. Os professores passam a se empenhar na busca do direito e dever de participarem na definição da política educacional e na luta pela recuperação da escola pública. Foi realizada a I Conferência Brasileira de Educação, que marcou a história da educação brasileira.

Agora a educação não está centrada no professor ou no aluno, mas na questão central da formação do homem. A educação está voltada para o ser humano e sua realização em sociedade. No bojo de uma Pedagogia Crítica, Gadotti (1983, p.149) afirma que:

"A educação se identifica como o processo de hominização. A educação é o que se pode fazer do homem de amanhã".

Então a escola se organiza como espaço de negação de dominação e não mero instrumento para reproduzir e servir a estrutura social e econômica vigente. Então, agir no interior da escola é contribuir diretamente e positivamente para transformação da própria sociedade.

Comunga-se com as idéias freirianas de que na comunidade educa-se reciprocamente e de que a educação deve-se tornar uma Pedagogia Libertadora, pois

¹ Fase marcada por grande transformação, progresso e desenvolvimento.

somente uma pessoa verdadeiramente livre plenifica em si o humano que Deus legou no ato gracioso da criação.

O erro, o engano, a ilusão e a consciência falsa mantêm a pessoa escrava e oprimida. Deve-se reconhecer na escola uma agência privilegiada do fazer educativo. Aqui deve-se inscrever também o postulado da qualidade. Neste caso, qualidade, não deve representar o desejo de prestar um serviço eficiente, apenas. Mas contribuir na formação de homens e mulheres reflexivos, críticos e com responsabilidade social.

"Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. Autonomia vai-se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas. Por que, por exemplo, não desafiar o filho ainda criança no sentido de participar da escolha da melhor hora para fazer seus deveres escolares? Por que o melhor tempo para essa tarefa é sempre os dos pais? Por que perder a oportunidade de ir sublinhando aos filhos o dever e o direito que eles têm, como gente, de ir forjando sua própria autonomia? Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém". (Freire, 1996, p.120-121):

É decidindo que se aprende a decidir. Claro que, nem sempre a liberdade do adolescente opta pela melhor decisão com relação com o seu amanhã, por exemplo. Então, os pais intervêm, mas não se esquecendo de que o futuro, o amanhã é de seus filhos e não seus.

A pessoa vai amadurecendo todo dia, ou não. Depende dos incentivos e estímulos que recebe. Autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é um processo, árduo, difícil e contínuo, é vir a ser. Não existe data marcada, está diretamente ligada às experiências vivenciadas pelo sujeito.

1.1 A Organização do Ensino nas Disposições Normativas das Diversas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a Lei nº. 4024/61 de 20 de dezembro de 1961 oferecia, segundo Carneiro (1998, p.23):

"... pela primeira vez na história da educação brasileira, um arcabouço onde se podia divisar, com relativa clareza, as *diretrizes e bases* da educação nacional. Os grandes eixos falavam: i) Dos Fins da Educação; ii) Do Direito à Educação; iii) Da Liberdade de Ensino; iv) Da Administração do Ensino; v) Dos Sistemas do Ensino; vi) Da Educação de Grau Primário; vii) Da Assistência Social Escolar; viii) Dos Recursos para a Educação".

Essa Lei prescrevia o ensino da seguinte forma: Ensino Primário, com duração de quatro anos; Ciclo ginásial do Ensino Médio, com duração de quatro anos; Ciclo Colegial do Ensino Médio, com duração de três anos e o Ensino Superior, com duração variável.

A passagem do Primário para o Ginásial era feita por meio de um processo de seleção denominado: Exame de Admissão. Os ciclos Ginásial e Colegial eram divididos em espécies de Ramos de Ensino: Secundário, Comercial, Industrial, Agrícola, Normal e outros.

A segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 5692/71 foi denominada oficialmente, como a Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Essa Lei prescrevia o Ensino da seguinte forma: Ensino de Primeiro Grau, com duração de oito

anos; Ensino de Segundo Grau, com duração de três a quatro anos e Ensino Superior, com duração variável.

Com a junção dos antigos Primário e Ginásial, extinguiu-se o "temível" Exame de Admissão. A duração normal do 2º grau era de três anos, no entanto, quando se tratava de Cursos Profissionalizantes, este limite era ultrapassado. O ensino de 1º e 2º graus tinha uma carga horária mínima anual determinada de 720 horas e o ano letivo tinha a duração mínima de 180 dias letivos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ora em vigor, de nº 9394/96, fez mudanças radicais. O ensino passa a ser oferecido da seguinte forma: **Educação Básica**, que compreende a Educação Infantil, de duração variável; o Ensino Fundamental, com duração de oito anos e o Ensino Médio, com duração de três anos. E a **Educação Superior**, com duração variável.

Os níveis de Educação Escolar passam, agora, a ser dois: educação básica e educação superior. A educação de jovens e adultos, a educação profissional e a educação especial são modalidades de educação.

A Educação Básica, nos níveis Fundamental e Médio passam a ter a carga horária mínima determinada de 800 horas aulas, e o ano passa a ter 200 dias letivos, no mínimo (Carneiro, 1998).

1.2 O Ensino Fundamental Atualmente de Acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96.

A visão que norteia o Ensino Fundamental implica numa práxis que desperte no aluno e desenvolva no mesmo, capacidades de construir a sua própria personalidade mediada por sua família, a escola e seu meio natural. Desta maneira

habita-se a usufruir os bens culturais, sociais e econômicos. Esta afirmação fica caracterizada pela citação abaixo:

"Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais". (Aguar, 2003, p.26).

O Ensino Fundamental I é obrigatório e gratuito, garantido pela LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Compreende as quatro primeiras séries. Ao terminar o aluno terá que dominar a linguagem de maneira eficaz, ou seja, deve ser capaz de produzir e interpretar textos, tanto para suas necessidades diárias, como para ter acesso aos bens culturais e a inserção no mundo letrado.

A escola objetiva essencialmente a formação integral do aluno, como também prepará-lo para a vida e o exercício da cidadania desses novos tempos de transformação pelos conhecimentos. Portanto, os conteúdos das disciplinas terão de se adaptar aos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN que estão sendo adotados para discorrerem sobre esses novos rumos.

As disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, e Ciências Naturais, além de suas especificidades de conteúdos precisam estar interligadas aos temas transversais que atravessam as áreas do currículo. O professor deve estar habilitado para saber correlacionar os assuntos inerentes ao processo interativo do aluno no seu ambiente natural, ressaltando desenvolvimento do juízo moral, o meio ambiente, a saúde, a pluralidade cultural e a orientação sexual.

As manifestações da sexualidade, por exemplo, aparecem em todas as idades e muitas questões são trazidas pelos alunos. Esta orientação sexual deve contribuir para que os alunos exerçam sua sexualidade com prazer e responsabilidade. O tema está ligado diretamente ao exercício da cidadania, pois propõe trabalhar o respeito por si e pelos outros, além de garantir direitos básicos como saúde, informações e conhecimentos.

O respeito mútuo, a justiça, o diálogo e a solidariedade são pontos de destaque dentro do conteúdo de ética nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Sua importância ao incluí-los se torna claro quando as diversas etnias, culturas, religiões e opiniões presentes na formação da população brasileira são levadas em conta.

A ética permeia todo o currículo. Está nas guerras estudadas nas aulas de História, no jeito certo e errado de falar nossa língua ou no cuidado com o meio ambiente.

O Ensino Fundamental é contextualizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que constitui ponto de referência para qualificação da educação no Brasil. Ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, os Parâmetros Curriculares Nacionais, objetiva auxiliar o professor, como profissional que é, o lugar que lhe cabe pela responsabilidade e acuidade no processo de formação do povo brasileiro. (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2000).

Apesar da atual situação "*catastrófica*" que ora passa a educação brasileira, quer dizer, as políticas educacionais não condizem com a prática, de alguns anos para cá houve uma verdadeira avalanche de estabelecimentos oferecendo cursos de graduação, capacitação, especialização, entre outros, e são estes profissionais formados em estabelecimentos que tem pouca ou nenhuma credibilidade que serão os "fazedores da educação"; mesmo assim, nas últimas duas décadas a educação galgou significativas

mudanças. Houve queda na taxa de analfabetismo, e aumento do número de matrículas em todos os níveis do ensino e crescimento sistemático nas taxas de escolaridade média da população. É mister frisar que as exigências do mercado de trabalho, que procuram e selecionam pessoas cada vez mais qualificadas, tem uma grande parcela nisso.

"Por outro lado, resultados obtidos em pesquisa realizada pelo SAEB/95, baseado em uma amostra nacional (...) reafirmam a baixa qualidade atingida no desempenho dos alunos no ensino fundamental em relação à leitura e principalmente em habilidades matemáticas". (PCN, 2000, p.27).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) dizem que o Ensino Fundamental tem a função de orientar e garantir a congruência intrapsíquica do desenvolvimento do aluno dentro dos padrões técnico-científicos para socialização das discussões, recomendações e pesquisas dos professores e técnicos, que levem a um sistema de produção pedagógica padronizada e contemporânea e assim ser mantido, ampliado e aprofundado os sentimentos de cidadania, útil ao aluno, ao professor e principalmente a nação brasileira.

"Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores". (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2000, p.13).

Devem funcionar como componente catalisador de ações em busca do melhoramento da qualidade da educação no Brasil, porém, para essa busca de qualidade é impreterível o investimento em diversas frentes como, formação inicial e continuada de professores, plano de carreira, salários dignos, livros com qualidade, recursos

audiovisuais, materiais didáticos abundantes, entre outras. Não esquecendo que esta qualificação implica pôr em pauta as atividades escolares de ensino e aprendizagem e a questão curricular.

Fica caracterizado a competência política executiva dos Estados e Municípios, para salvaguarda sócio-cultural das diferentes regiões do país com a preservação da autoridade e autonomia do professor e daqueles que pela sua cooperação sistêmica são responsáveis pelas diretrizes pedagógicas.

Desta maneira as visões das proposições explícitas são pertinentes às necessidades a partir das quais funda-se o sistema educacional do país, garantindo a miscigenação da nossa cultura, das etnias, das religiões e políticas. Pois somente assim tomando estes princípios como meta do ideal para buscar num processo aberto e ascendente a igualdade de direito entre os cidadãos, cumprindo os princípios básicos da democracia, com acesso a totalidade dos bens, sejam materiais ou o conjunto dos conhecimentos socialmente construídos.

É imprescindível ressaltar que tudo se passa e se processa pelo sistema humano bem qualificado por meio de investimentos em todas as frentes de preparação da pessoa como um todo indivisível.

Essa qualificação tão importante e imprescindível tem como base central às atividades escolares de ensino e aprendizagem bem correlacionados com a parte curricular, pois este fator se impõe pela importância que tem para a política educacional da nação como um todo.

1.3 Objetivos do Ensino Fundamental

- "Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e

deveres políticos, cívicos e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais, como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sócio-cultural brasileiro, bem como aspectos sócio-culturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo para melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos

da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;

- utilizar as diferentes linguagens - verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- saber utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação". (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2000, p. 107-108).

Os objetivos gerais do Ensino Fundamental expressam as capacidades que os alunos devem adquirir no final da escolaridade obrigatória, respeitando a diversidade social e cultural e sendo satisfatoriamente extensos e abrangentes para que possam conter as especificidades locais.

A aprendizagem significativa é o fundamento primeiro de quaisquer aprendizagens que levem ao desenvolvimento físico, afetivo e cognitivo da criança, visto que a motivação é intrínseca às suas necessidades como determinantes subjacentes do seu comportamento.

Cabe ao professor estar preparado para dominar o processo dos mecanismos psicodinâmicos que conduza ao êxito do ensino/aprendizagem,

principalmente, levando em consideração o construtivismo na sala de aula. Com essa competência do professor facilitador/ mediador/ e indicador dos caminhos a serem seguidos e construídos pelo aluno. Fica, desta maneira, afastada de uma vez por todas aquela aprendizagem mecânica, antiga, de pouco ou de nenhum valor. Por outro lado, o aluno passa a tomar para si as necessidades e a vontade de aprender com seus objetivos definidos por metas próprias.

"A intervenção do professor precisa, então, garantir que o aluno conheça o objetivo da atividade, situe-se em relação à tarefa, reconheça os problemas que a situação apresenta, e seja capaz de resolvê-los". (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2000, p.100).

Desta maneira, fica salvaguardado o papel do professor, sua autonomia e sua competência para flexionar tudo que tiver ao seu alcance para complementar a motivação intrínseca de seu aluno. Ele, professor, deve levar em conta, então que o aluno deve ter nele confiança e amizade que permitam levá-lo à percepção de um autoconceito virtuoso e estruturante de uma auto-estima que é a mais nobre etapa do processo de aprendizagem e de desenvolvimento (preservar e ampliar a auto-estima).

1.4 Princípios, Natureza e Função dos Parâmetros Curriculares Nacionais no Ensino Fundamental I

Levando-se em conta que na presente realidade brasileira, a intensa estratificação social e injusta distribuição de renda têm sido um obstáculo para que uma parte maior da população possa usar as prerrogativa do uso de seus direitos fundamentais, necessidades e interesses básicos. É função do poder executivo (Estado) democrático investir na educação por meio do acompanhamento da criança na família e

na escola de qualidade, que levem as crianças galgarem uma escala de evolução e de desenvolvimento integrais e total.

"O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considerem os interesses e as movimentações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem". (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2000, p.33)

O domínio da língua falada e escrita, as coordenadas espaciais e temporais que viabilizam a percepção do mundo, os princípios matemáticos, as explicações científicas e as condições de fruição da arte são exigências que apontam para a relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano. O treinamento da cidadania estabelece o acesso de todos ao conjunto dos recursos culturais acentuados para a intercessão e a participação responsável na existência social.

“... Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania”. (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2000, p.34).

A inserção no mercado de trabalho e do consumo, o cuidado com o corpo e a saúde, a educação sexual, a pluralidade das culturas, a preservação do meio ambiente, são temas em foco, que não são mais vistos como questões locais e individuais, mas sim com uma dimensão nacional e muitas vezes até internacional. E a escola não pode infringir seu papel preponderante em oferecer espaço para esclarecimentos e discussões desses temas.

É necessário ter em vista a formação da criança em adjacência a sua habilitação para obtenção e desenvolvimento de novas competências, em função de novos conhecimentos que se produzem e demandam um tipo original de profissional, disposto para lidar com novas tecnologias e linguagens. Essas novas afinidades entre conhecimento e trabalho estabelecem capacidade de iniciativa e inovação e, mais do que nunca, "*aprender a aprender*". A educação básica tem, portanto o papel de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o habilite para um processo de educação constante. (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2000).

Toda criança ou jovem, mesmo que de locais de pouca ou nenhuma infraestrutura, deve ter ingresso ao conjunto de informações socialmente elaborados e reconhecidos como indispensáveis ao exercício da cidadania para deles poder desfrutar. E é nesse sentido que o estabelecimento de uma referência curricular comum para todo o País, ao mesmo tempo em que fortalece a união nacional e o encargo do Governo Federal com a educação, procura garantir, também, o respeito à disparidade que é a marca cultural do País.

“Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o primeiro nível de concretização curricular. São uma referência nacional para o ensino fundamental; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e

do Desporto, tais como dos projetos ligados à sua competência na formação inicial e continuada de professores, à análise e compra de livros e outros materiais didáticos e à avaliação nacional”. (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2000, p.36).

Apesar de oferecer uma estrutura curricular completa, os Parâmetros Curriculares Nacionais têm bastante abertura e flexibilidade, estão colocados historicamente, não sendo princípios atemporais. Sua legitimidade vai até a harmonia com a realidade social, necessitando, portanto, de um processo cíclico de avaliação e revisão pelos órgãos a que compete esta função.

“... os objetivos se definem em termos de capacidades de ordem cognitiva, física, afetiva, de relação interpessoal e inserção social, ética e estética, tendo em vista uma formação ampla”. (PCN, 2000, p.67).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais não dão uma fórmula exata, como uma receita de bolo, passo a passo a ser seguida, de como obter sucesso no ensino-aprendizagem das crianças pelo Brasil a fora; eles oferece uma orientação geral como modelo, que deve ser colocado na prática educativa respeitando a pluralidade cultural, os conhecimentos prévios dos alunos, a realidade sócio-econômica em que estão inseridos e o meio.

Para que se possa discutir uma prática escolar que atinja realmente seus objetivos, os Parâmetros Curriculares Nacionais assinala questões de tratamento didático por área ou ciclo, buscando garantir conexão entre as conjeturas teóricas, os objetivos e os conteúdos, mediante sua operacionalização em orientações didáticas e critérios de avaliação.

CAPÍTULO 2

INVESTIGANDO AS DIFICULDADES APRESENTADAS

O trabalho psicopedagógico implica compreender a situação de aprendizagem do sujeito dentro do seu próprio contexto. Tal compreensão requer uma modalidade particular de atuação para a situação em estudo, o que significa que não há procedimentos predeterminados. Isso está caracterizado como uma configuração clínica da prática psicopedagógica.

O trabalho clínico na Psicopedagogia tem função preventiva na medida em que, ao tratar determinados problemas, pode prevenir o aparecimento de outros.

A função preventiva está implícita na atitude de se considerar aquele grupo específico como os sujeitos da aprendizagem, de forma a adequar conteúdos e métodos, ou seja, respeitando as características do grupo a pensar o plano de trabalho. O caráter clínico está na atitude de investigação frente a essa situação como uma situação particular e única, quer dizer, há características, problemáticas, experiências, condições, manifestações do grupo ou sujeito muitas vezes intransferíveis.

O diagnóstico psicopedagógico é interventivo, onde o profissional procura entender o potencial de aprendizagem e ver como esse sujeito, durante o processo de avaliação e diagnóstico, consegue mudar sua forma de aprender, mesmo durante o diagnóstico.

Quando se faz referência à produção do sujeito, no momento do diagnóstico, fala-se do material diagnóstico, ou seja, olhar e escutar para compreender a mensagem do jogo, de um silêncio, de um gesto, de uma recusa. Mais importante que os instrumentos utilizados é a atitude do profissional frente à mensagem do cliente.

“Todo pensamento, todo comportamento humano, remete-nos à sua estruturação inconsciente, como produção inteligente e, simultaneamente, como produção simbólica”. (Paín, 1985, p. 233).

Quando não se pode negar que o homem é sujeito a uma ordem inconsciente e movido por desejos que desconhece, falar do tratamento psicopedagógico significa muito mais que discorrer sobre métodos definidos de reeducação.

Caracterizando-se a maneira de investigar as dificuldades de aprendizagens, Bossa (2000, p. 185) diz que o psicopedagogo deve:

“Perceber o interjogo entre o desejo de conhecer e o de ignorar”.

Para isso o psicopedagogo deve estar preparado para lidar com possíveis reações

frente a algumas tarefas, tais como: resistências, bloqueios, sentimentos, lapsos, entre outros. A escuta é fundamental para que se possa conhecer como e o que o sujeito aprende. Ele deve buscar sempre, não parar de conhecer, de estudar, para compreender de forma mais completa essas crianças ou adolescentes que de modo geral sofrem um processo de críticas por não corresponderem às expectativas dos pais e professores. Pois estes acham o caminho mais cômodo e fácil de justificar suas próprias falhas.

O psicopedagogo poderá utilizar as técnicas do diagnóstico clínico para identificar as origens dos problemas de aprendizagem. Para isto, ele deverá usar instrumentos tais como, Provas Operatórias (Piaget), Provas Projetivas (desenhos), Histórias, Material Pedagógico, Jogos, entre outros.

A investigação por meio de uma técnica apurada de escuta é imprescindível enquanto durar o trabalho diagnóstico para que as intervenções possam decifrar os processos que dão sentido ao observado e norteiam o sentido da intervenção.

“Na Epistemologia Convergente todo o processo diagnóstico é estruturado para que se possa observar a

dinâmica de interação entre o cognitivo e o afetivo de onde resulta o funcionamento do sujeito”. (Bosse, 1995, p. 80).

Existe uma diversidade de modelos de intervenção psicopedagógica, portanto é necessário identificar o modelo a partir do qual o psicopedagogo considera pertinente ao eixo de intervenção que está seguindo. E um dos aspectos de maior importância é a convicção implícita segundo a qual o psicopedagogo usará em função da situação concreta que deve enfrentar.

Não obstante a importância de a tarefa psicopedagógica exigir um largo leque de estratégias de intervenção e conhecimentos intensos em diversos domínios disciplinares, a posição sustentada é a de que os conhecimentos e as estratégias com que se aborda uma determinada conjuntura não são decorrência de uma situação *ad hoc*², ou seja, de uma situação transitória, mas o resultado de se questionar essa situação a partir de uma visão determinada, a partir de uma posição intelectual (ética e ideológica) que oferece determinados esclarecimentos sobre aspectos capitais da técnica psicopedagógica, por exemplo: de que maneira o sujeito aprende, se existe uma relação entre aprendizagem e o desenvolvimento, e em quais capacidades esse desenvolvimento se consolida de maneira satisfatória.

Uma vez conhecida essa psicodinâmica do processo evolutivo do ser humano, deve-se, na outra ponta, interpretar como se dá a "não-aprendizagem". O que a não-aprendizagem está repercutindo para o desenvolvimento, como se interpreta o papel ensino e aprendizagem nesses processos, quais finalidades lhe são atribuídas e para que servem, então, neste contexto, a intervenção psicopedagógica. Deixar claro os objetivos e proceder para alcançá-los na interação social com outras pessoas, profissionais e não-profissionais que influenciam no mesmo campo. (Solé, 2001).

² Situação transitória

2.1 Diagnóstico Psicopedagógico

O diagnóstico possui uma grande relevância tanto quanto o tratamento. Ele mexe de tal forma com o paciente e sua família que, por muitas vezes, chegam a acreditar que o sujeito teve uma melhora ou tornou-se agressivo e agitado no decorrer do trabalho diagnóstico. Por isso deve-se fazer o diagnóstico com muito cuidado observando o comportamento e mudanças que isto pode acarretar no sujeito.

“O objetivo básico do diagnóstico psicopedagógico é identificar os desvios e os obstáculos básicos no Modelo de Aprendizagem do sujeito que o impedem de crescer na aprendizagem dentro do esperado pelo meio social”. (Weiss, 2003, p. 32):

O diagnóstico psicopedagógico é um processo, contínuo e sempre revisável, onde a intervenção do psicopedagogo inicia, numa atitude investigadora, até a intervenção. É preciso observar que essa atitude investigadora, de fato, prossegue durante todo o trabalho, na própria intervenção, com o objetivo da observação.

Um diagnóstico psicopedagógico é em essência uma escuta e um olhar específico de uma criança ou adolescente na busca de responder a questões características como bem ressalta (Fernández, 1991, p.37):

- “1) Com que recursos conta para aprender?
- 2) O que significa o conhecimento e o aprender no imaginário do sujeito e sua família?
- 3) Que papel foi-lhe designado por seus pais em relação ao aprender?
- 4) Qual é a sua modalidade de aprendizagem?
- 5) Qual é a posição do sujeito frente ao não dito, ao oculto, ao secreto?

- 6) Que função tem o não aprender para ele e para seu grupo familiar?
- 7) Qual é o significado da operação particular que constitui o sintoma?
- 8) Como aprende e como não aprende?
- 9) O não aprender responde a um sintoma, ou é uma resposta reativa ao meio sócio-educativo?"

O trabalho de diagnóstico e levantamento de hipóteses acima requer uma atitude de investigação e intervenção na prática psicopedagógica clínica ou institucional. Com esse trabalho o psicopedagogo pesquisa as condições para que se produza a aprendizagem do conteúdo escolar, identificando os obstáculos e os elementos facilitadores, numa abordagem preventiva.

O diagnóstico possui uma grande relevância tanto quanto o tratamento. Ele mexe de tal forma com o paciente e sua família que, por muitas vezes, chegam a acreditar que o sujeito teve uma melhora ou tornou-se agressivo e agitado no decorrer do trabalho diagnóstico. Esse tipo de diagnóstico pode ser feito no atendimento clínico. Deve-se fazer o diagnóstico com muito cuidado observando o comportamento e mudanças que isto pode acarretar no sujeito.

Exemplifica-se como o diagnóstico interfere na vida do sujeito e de sua família: uma paciente, uma adolescente de 18 anos cursando a 7ª série de escola especial, queixou-se à mãe que estava sendo forçada a crescer, por isso não queria continuar as sessões. Ela conseguiu fazer a elaboração deste pensamento porque tinha medo de perder o papel na família de doente que recebia dedicação integral do pai e da mãe. A família percebeu que isto realmente poderia acontecer e era isto também que sustentava seu casamento “já acabado”, então concordou com a terapeuta em interromper o diagnóstico (Weiss, 2003).

Fica óbvio que se não interrompesse o diagnóstico iria acontecer uma melhora, que era indesejada. Isto motivou a família a continuar a busca de novos diagnósticos.

Bossa (2000) afirma que a forma de se atuar na clínica para se fazer um diagnóstico varia entre os profissionais dependendo da postura teórica adotada. Assim, para o terapeuta, o diagnóstico é a base que dará suporte para o psicopedagogo para que este faça a intervenção e o encaminhamento necessários.

O primeiro passo para investigação é uma entrevista inicial do psicopedagogo com os pais ou responsáveis para conversar sobre o trabalho psicopedagógico, horários, quantidades de sessões, honorários, a importância da frequência e da presença e o que ocorrer. (Weiss, 2003).

Ela inicia seu trabalho de investigação e intervenção psicopedagógica utilizando primeiro a Entrevista Familiar Exploratória Situacional - E.F.E.S, segundo, a anamnese, que é composta basicamente de: nome da criança, filiação, data de nascimento, endereço, nome da pessoa que cuida da criança, escola que frequenta, série, turma, horário, nome da professora, irmãos, escolaridades dos irmãos, idade dos irmãos; motivo da consulta; como vai na escola, o que faz nos momentos de lazeres, como brinca, de que brinca, quem fez a indicação para o psicopedagogo; se houve algum atendimento anterior; expectativa da família e da criança, entre outros. Dependendo do caso a anamnese pode ter mais de uma sessão. Modelo de anamnese anexo.

Na sessão seguinte é utilizado o lúdico, centrado na aprendizagem, fazendo uso de jogos, desenhos, músicas, entre outros, se necessário, utiliza também, uma complementação com provas e testes, em seguida faz a síntese diagnóstica - prognóstico e por último dar a devolutiva, tanto para a criança ou adolescente, como para os pais ou responsáveis pelo encaminhamento à clínica. E de acordo com o diagnóstico, se

necessário, faz o encaminhamento para o profissional responsável, de acordo com o diagnóstico.

De acordo com Weiss (2003, p. 106):

“As provas operatórias têm como objetivo principal determinar o grau de aquisição de algumas noções-chave do desenvolvimento cognitivo, detectando o nível de pensamento alcançado pela criança, ou seja, o nível de estrutura cognoscitiva com que opera”.

Ela ainda alerta que não se deve aplicar várias provas de conservação em uma mesma sessão, para se evitar a contaminação da forma de resposta. Observa que o psicopedagogo deverá fazer registros detalhados dos procedimentos da criança, observando e anotando suas falas, atitude, soluções que dá às questões, seus argumentos e juízos, como arruma o material. Isto será fundamental para a interpretação das condutas.

Para a avaliação as respostas são divididas em três níveis:

- **Nível 1** Não há conservação, o sujeito não atinge o nível operatório nesse domínio.
- **Nível 2 ou intermediário** As respostas apresentam oscilações, instabilidade ou não são completas. Em um momento conservam, em outro não.
- **Nível 3** As respostas demonstram aquisição da noção sem vacilação.

Muito interessante o que Weiss (2003, p.111) nos diz sobre as diferentes condutas em provas distintas:

“... pode ocorrer que o paciente não obtenha êxito em apenas uma prova, quando todo o conjunto sugere a sua possibilidade de êxito. Pode-se ver se há um significado

particular para a ação dessa prova que sofra uma interferência emocional: encontramos várias vezes crianças, filhos de pais separados e com novos casamentos dos pais, que só não obtinham êxito na prova de intersecção de classes. Podemos ainda citar crianças muito dependentes dos adultos que ficam intimidadas com a contra-argumentação do terapeuta, e passam a concordar com o que ele fala, deixando de lado a operação que já são capazes de fazer”.

Visca (1987) também reuniu em um outro livro: Técnicas projetivas psicopedagógicas, as provas projetivas, cuja aplicação tem como objetivo investigar os vínculos que o sujeito pode estabelecer em três grandes domínios: o escolar, o familiar e consigo mesmo, através dos quais é possível reconhecer três níveis em relação ao grau de consciência dos distintos aspectos que constituem o vínculo de aprendizagem.

Sobre as provas projetivas Weiss (2003, p.117) observa que:

“O princípio básico é de que a maneira do sujeito perceber, interpretar e estruturar o material ou situação reflete os aspectos fundamentais do seu psiquismo. É possível, desse modo, buscar relações com a apreensão do conhecimento como procurar, evitar, distorcer, omitir, esquecer algo que lhe é apresentado. Podem-se detectar, assim, obstáculos afetivos existentes nesse processo de aprendizagem de nível geral e especificamente escolar”.

Para Paín (1985), o que se pode avaliar por meio do desenho ou relato é a capacidade do pensamento para construir uma organização coerente e harmoniosa e elaborar a emoção. Também permitirá avaliar a deteriorização que se produz no próprio

pensamento. Esta autora ainda diz que o pensamento fala por meio do desenho onde se diz mal ou não se diz nada, o que oferece a oportunidade de saber como o sujeito ignora.

Weiss (2003, p.106) afirma que:

“As observações sobre o funcionamento cognitivo do paciente não são restritas às provas do diagnóstico operatório; elas devem ser feitas ao longo do processo diagnóstico. Na anamnese verifica-se com os pais como se deu essa construção e as distorções havidas no percurso;...”.

As avaliações feitas por meio de testes, anamnese, entrevistas, entre outras, tem o objetivo de estabelecer uma imagem do sujeito, que constrói a aprendizagem sempre incluindo os aspectos comportamentais de sua situação vivida, seus valores e história que o condicionam.

Existe a proposta de iniciar a investigação e intervenção com a EOCA - Entrevista Operatória Centrada na Aprendizagem - e não com a Anamnese argumentando que:

“... os pais, invariavelmente ainda que com intensidades diferentes, durante a anamnese tentam impor sua opinião, sua ótica, consciente ou inconscientemente. Isto impede que o agente corretor se aproxime 'ingenuamente' do paciente para vê-lo tal como ele é, para descobri-lo”.
(Visca, 1987, p. 70).

A EOCA - Entrevista Operatória Centrada na Aprendizagem, é o modelo adotado pelo Professor J. Visca. Tem uma estrutura funcional dinâmica com condução semi-dirigida, ensejando a criança a escolher espontaneamente as atividades que quer desempenhar a partir de elementos incentivadores mediante os objetos colocados à sua disposição como: papel, lápis preto, lápis de cor, hidrocores, borracha, régua, apontador, cola, tesoura, livros de histórias com pequenos textos, revistas, jornal de esportes, jogos diversos, computador, entre outros.

É uma sessão pré-requisitória subsidiária para as sessões subseqüentes que visa prover o psicopedagogo com os informes e dados pessoais subjacentes do comportamento, nos aspectos afetivos, cognitivos, interesses e aptidões, bem como o nível adquirido da aprendizagem formal e informal.

É indispensável estabelecer uma relação de confiança com a criança e, em conseqüência, amenizar o nível de angústia ou ansiedade. Permite situações e condições confiáveis e fidedignas para perceber a vinculação com os objetos e conteúdos de aprendizagem escolar e familiar, observando as defesas, as dissociações e, porque não dizer, o estabelecimento inicial do vínculo com o terapeuta, sem o qual não haverá processo clínico.

Em se tratando de um ser epistêmico, ou seja, um ser pensante que constrói idéias, teorias e hipóteses em situações vivenciadas da qual emerge o sujeito, procura-se identificar em que estágio se encontra na construção e na constituição, respectivamente, da pessoa e do sujeito.

Procura-se também investigar em que estágio se encontra na construção da língua escrita e como se relaciona com ela, esta avaliação é feita baseada no pensamento de Emília Ferreiro e na EOCA- Entrevista Operatória Centrada na Aprendizagem de Jorge Visca (Visca, 1987).

A realização da EOCA - Entrevista Operatória Centrada na Aprendizagem tem a intenção de investigar o modelo de aprendizagem do sujeito, sendo sua prática baseada na Psicologia Social de Pichón Rivière, nos postulados da Psicanálise e Método Clínico da Escola de Genebra (Bossa, 2000).

A EOCA - Entrevista Operatória Centrada na Aprendizagem deverá ser um instrumento simples, porém rico em seus resultados. Consiste em solicitar ao sujeito que mostre ao entrevistador o que ele sabe fazer, o que lhe ensinaram a fazer e o que aprendeu a fazer, utilizando-se de materiais dispostos sobre a mesa, após a seguinte observação do entrevistador.

“Este material é para que você o use se precisar para mostrar-me o que te falei que queria saber de você”. (Visca, 1987, p. 72).

O entrevistado tende a comportar-se de diferentes maneiras após ouvir e registrar as ações da criança ou adolescente. Alguns imediatamente pegam o material e começam a desenhar ou escrever. Outros começam a falar, outros pedem que lhe digam o que fazer, outras simplesmente ficam paralisadas. É importante levar em consideração este extremo, onde se encontram crianças que não tomam quaisquer contatos com os objetos. Às vezes se trata de uma evitação fóbica, ou seja, um mecanismo de defesa em que a criança tem uma atitude reativa de medo a um determinado estímulo. Outras vezes se trata de um desligamento da realidade, uma indiferença sem ansiedade, na qual o sujeito se dobra às vezes sobre seu próprio corpo e outras vezes permanece numa atividade quase catatônica. (Paín, 1985).

Quando se trata de paralização, Visca (1987) propõe empregar o que ele chamou de modelo de alternativa múltipla, cuja intenção é desencadear respostas por parte do sujeito. Observa-se o exemplo de como se deve conduzir esta situação:

“Você pode desenhar, escrever, fazer alguma coisa de matemática ou qualquer coisa que lhe venha à cabeça...” (Visca, 1987, p. 73).

Segundo Paín (1985) fala sobre esta falta de ação na atividade “A hora do jogo” (atividade trabalhada por alguns psicólogos ou Psicopedagogos que não se aplica à Epistemologia Convergente, porém é interessante citar para que se perceba a relação do sujeito com o objeto).

Nunca é demais lembrar o que Piaget citado por Visca (1991, p. 41) coloca:

“O indivíduo não atua senão quando experimenta a necessidade; ou seja; quando o equilíbrio se acha momentaneamente quebrado entre o meio e o organismo, a ação tende a reestabelecer este equilíbrio, quer dizer, precisamente, a readaptar o organismo...”.

Afinal, o que interessa ao entrevistador observar na EOCA - Entrevista Operatória Centrada na Aprendizagem são:

"... seus conhecimentos, atitudes, destrezas, mecanismos de defesa, ansiedades, áreas de expressão da conduta, níveis de operatividade, mobilidade horizontal e vertical etc." (Visca, 1987, p. 73).

É importante também observar três aspectos que fornecerão um sistema de hipóteses a serem verificados em outros momentos do diagnóstico:

- **A temática** - é tudo aquilo que o sujeito diz, tendo sempre um aspecto manifesto e outro latente.
- **A dinâmica** - é tudo aquilo que o sujeito faz, ou seja, gestos, tons de voz, postura corporal, entre outras. A forma de pegar os materiais, de sentar-se são tão ou mais reveladores do que os comentários e o produto.

- **O produto** - é tudo aquilo que o sujeito deixa no papel.

Observa-se que o que se obtém nesta primeira entrevista é um conjunto de observações que deverão ser submetidas a uma verificação mais rigorosa, constituindo o próximo passo para o processo diagnóstico. É da EOCA - Entrevista Operatória Centrada na Aprendizagem que o psicopedagogo extrairá o 1º Sistema de hipóteses e definirá sua linha de pesquisa. Logo após são selecionadas as provas piagetianas para o diagnóstico operatório, as provas projetivas psicopedagógicas e outros instrumentos de pesquisa complementares. (Visca, 1987).

O psicopedagogo que optar pela “linha” da Epistemologia Convergente realiza a anamnese após as Provas Operatórias para que não haja “contaminação” pelo bombardeio de informações trazidas pela família, o que acabaria distorcendo o olhar sobre aquela criança e influenciando no resultado do diagnóstico.

Epistemologia Convergente é o processo estruturado para que se possa observar a dinâmica de interação entre o cognitivo e o afetivo de onde resulta o funcionamento do sujeito. Neste eixo a ação do entrevistados obedece ao esquema que se segue.

- EOCA - Entrevista Operatória Centrada na Aprendizagem
- Testes autorizados pela Associação de Psicopedagogia, gravuras, desenhos, entre outros.
- Anamnese
- Elaboração do informe e procedimentos internos do entrevistador

Esta diferença não altera o resultado do diagnóstico, porém é preciso que o profissional acredite na “linha” em que escolheu para seu trabalho psicopedagógico.

2.2 Utilizando o Lúdico no Diagnóstico Psicopedagógico

Na intervenção psicopedagógica é imprescindível reservar um espaço e tempo para que a criança possa expressar seu processo de aprendizagem ou não aprendizagem por meio do lúdico, a fim de poder chegar a uma conclusão a cerca da existência ou não de patologias estruturadas no aprender: sintoma, inibição, transtorno de aprendizagem reativa, visto que através do brincar, melhor se observa a relação do sujeito com o conhecimento.

Os jogos constituem uma área rica de informações, desde que o brinquedo era uma parte do próprio corpo ou um objeto simples, até se tornar o campo para estruturação das relações sociais, explorando as respostas a frustrações e gratificações e as regras ao aprendizado rudimentar de normas.

Lúdico aqui é empregado no sentido do processo de “jogar”, “brincar”, “representar” e “dramatizar”, como procedimento idêntico, experienciado na vida infantil.

De acordo com Weiss (2003, p.72):

“No brincar, a criança constrói um espaço de experimentação, de transição entre o mundo interno e externo”.

Ao se observar como uma criança brinca ou desenha, vê-se refletido com bastante clareza o modo como esta pensa e sente, como vem organizando sua história de vida, de que modo enfrenta a realidade e se isso tem sido prazeroso ou não. A criança por meio do brincar mostra quando há uma enfermidade, que fantasias esta tem inconscientes da patologia, e da cura também. Como o brincar é imprescindível para um desenvolvimento saudável, o não brincar, indica que algo não vai bem.

Além do mais é muito importante para o desenvolvimento infantil, o tempo, o espaço, a comunicação, as práticas culturais, a imaginação e a fantasia, a curiosidade e a experimentação. Mormente destacar a brincadeira como a forma de experimentação e de apropriação da cultura, viabiliza a possibilidade de a criança ampliar sua experiência. A brincadeira favorece e define funções que ainda não amadureceram.

Deve-se considerar esta “grande” etapa da vida humana, com muita atenção, cuidado, paciência, respeito e carinho especiais! As crianças estão em fase evolutiva e educadores e pais, tornam-se os mediadores rumo ao amadurecimento.

Segundo Oliveira *et al.* (1994, p.23.):

“Aprender a fazer essa leitura é, sem dúvida, um grande e apaixonante desafio, pois, ao tentá-la, cada vez mais vamos desvendando a imensa complexidade e flexibilidade do misterioso processo de adaptação ao meio”.

A atividade lúdica inicia-se na criança bastante cedo, por volta dos quatro meses, quando esta começa a controlar seus movimentos, coordena-os com a visão. Já por volta dos seis meses, dependendo do desenvolvimento, a criança já se senta. A criança, nesta idade, já projeta nos objetos as suas fantasias, e isso implica que sua organização mental também se modifique. O brinqueado de fazer aparecer e desaparecer é muito importante, pois é aí que a criança elabora a angústia da perda. E quando brinca de jogar o brinquedo no chão exigindo que o devolvam, ela está nada mais do que treinando seu controle sobre os objetos.

Durante todo o primeiro ano de vida, se há um desenvolvimento saudável, predominam para a criança os jogos de aparecer e desaparecer, perda e recuperação,

jogos que motivam a agonia da separação. Nesse momento os esquemas sensório-motores estão sendo exercitados. Já no segundo ano de vida, as crianças percebem que um objeto pode ser penetrado no outro, por isso, preferem as brincadeiras de pôr e tirar, unir e separar; são extremamente seduzidas por objetos que podem penetrar em seus dedos, nariz, boca, ouvidos e inclusive nos olhos.

De acordo com Oliveira *et al.* (1994, p.23.):

“No terceiro ano de vida, (...) a criança começa a interessar-se por brinquedos onde transfere substâncias de um recipiente para outro. É o início do controle de esfíncteres que está sendo exercitado através do lúdico. As fezes e a urina são substituídas na brincadeira por areia, terra e água”.

É nessa idade, aproximadamente, que a criança toma consciência da sua própria produção, percebendo que as fezes saem do seu próprio corpo. Esta tomada de consciência segue um processo de desenvolvimento aberto, ou seja, o objeto de manipulação para construção produtiva vai se transferindo de conformidade com a fase de maturação biológica e psicológica, por meio do exercício de suas experiências. A proporção que a criança tem experiência de manipulação com esse objeto, tende a se afastar do mesmo simbolizando-o em outro objeto, num processo ascendente e de desenvolvimento. Assim, pode-se dizer que a criança evolui e se desenvolve à proporção de sua capacidade de simbolizar uma realidade de objetos ausentes. Então, a falta é preenchida pela projeção simbólica dos objetos vividos num passado, e que formam a unidade de uma realidade construída e vivida pela criança.

Na fase de três a cinco anos, a criança tem a vida mental repleta de imagens, estas são aquisições valiosas e por isso teme perdê-las e, em conseqüência, para protegê-la usa o jogo do desenho e da brincadeira para manter essas imagens recriando-

as e imobilizando-as. Os jogos de aparecer e desaparecer continuam nessa fase, sendo que neste período a criança aprende a lidar cada vez melhor com suas representações, e aproximadamente, aos seis anos chega a compreender sistema simbólico como o número e a escrita. O início da vida escolar impõe outras formas de brincar, porém, o desejo saber é uma extensão da curiosidade e da exploração do mundo, que está imbutido na brincadeira exercida de zero a seis anos. Portanto, brincar revela a organização psíquica da criança. (Oliveira *et al*, 1994).

Foi Freud, o primeiro estudioso a refletir sobre a função e o mecanismo psicológico da atividade lúdica infantil. Quando observou e interpretou as brincadeiras de seu neto de 18 meses de idade. A criança brincava com um simples carretel amarrado em um barbante, e sempre segurando o fio. Assim, lançava o carretel por cima do seu berço, que era cercado por um cortinado, onde esse desaparecia. E a criança então exclamava: “*fora*”. Depois de puxar o barbante até colocar o carretel dentro do berço novamente, saudava seu aparecimento com alegria. (Cunha, 1972).

“Freud compreendeu que essa criança estava brincando de ir embora e voltar. Era a maneira que ela tinha de controlar a angústia da ausência da mãe. Então, a criança não estava meramente se divertindo. Pelo contrário, por meio da manipulação do brinquedo, estava dominando uma situação que, de outra forma, seria impossível”. (Cunha, 1972, p.97).

Compreende-se que a situação interativa de brincar é o momento em que a criança constrói através do lúdico a sua realidade, que é resultante de sua maneira própria de experimentar - vai formando a unidade da construção e recriação da própria realidade vivida.

Pode-se identificar como uma técnica projetiva reconhecida e utilizada pela Psicanálise, que correntemente foi usada por Melaine Klein, Anna Freud e outros que complementaram aprofundando o simbolismo inconsciente do jogo. Visto que o lúdico tem função importante na aprendizagem e no diagnóstico, sempre centrado no processo de aprendizagem, com observação e avaliação das atividades desenvolvidas pela criança. (Weiss, 2003).

Por outro lado, o próprio Jean Piaget em sua pesquisa a respeito da construção do pensamento e da sociabilidade, mostrou a elaboração do jogo nas diferentes idades. O que disponibiliza alguns parâmetros para observação do jogo infantil. O jogo dar consciência de si como agente construtor da ação sensório-motora, num contexto significativo; o exercício cíclico, por exemplo, cria condição para formação de esquemas, fazendo com que essa organização de comportamento permita surgir o significado de sua ação frente às coisas, com a internalização dessa ação.

Enfocando melhor o lúdico no diagnóstico psicopedagógico, Winnicott (1975, p.80) dá uma visão mais compreensiva e mais integradora do brincar da aprendizagem, assim resume seu pensamento:

“É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o seu eu (*self*)”.

Ao reservar uma área para brincar durante a observação e registros de traços diagnósticos, ressalta-se o que já é por demais confirmado em clínicas: já se está possibilitando um movimento em direção da saúde, da cura, pois brincar é unânime. Há em consequência, a coerência fronteira contextualizada entre a entrevista, o diagnóstico e o tratamento.

Este eixo em torno do qual se processa a entrevista, o diagnóstico, passa a ter um caráter terapêutico e segundo Winnicott (1975, p. 59):

“A psicoterapia se efetua na sobreposição de duas áreas de brincar, a do paciente e a do terapeuta. A psicoterapia trata de duas pessoas que brincam juntos”.

É mister destacar que a sessão lúdica diagnóstica é um processo de brincar espontaneamente, enquanto que na sessão para o diagnóstico terapêutico há limites mais definidos, porque possibilita intervenções provocadoras com limites para se observar a reação da criança. Exemplificando, para ver se criança se revela como quer, como resiste às frustrações, como elabora desafios e mudanças, sugestionado na situação.

2.3 Para que Serve a Anamnese

A história pessoal pressupõe uma reconstituição global da vida do paciente, como um marco referencial em que a problemática atual se enquadra e ganha significação.

A anamnese é uma das peças fundamentais deste quebra-cabeça que é o diagnóstico. Por meio dela nos serão reveladas informações do passado e presente do sujeito juntamente com as variáveis existentes em seu meio. Observa-se a visão da família sobre a história da criança, seus preconceitos, expectativas, afetos, conhecimentos e tudo aquilo que é depositado sobre o sujeito.

“Anamnese é um instrumento valioso utilizado por vários profissionais. É realizada em forma de entrevista na qual é abordado um conjunto de informações sobre a história de vida do cliente e de suas principais dificuldades”.
(Oliveira, 2002, p.11).

É importante descrever como transcorreu a gestação (ou o processo de adoção) do ponto de vista tanto físico, quanto psicológico. Procura-se informar sobre aspectos, nutricionais, doenças, acidentes, uso de drogas, ou ainda, de fatos significativos na vida do casal, em especial para a mãe. Investiga-se sobre a reação dos pais em relação ao bebê, quanto à sua aparência, sexo e estado geral e, também, informa-se sobre as experiências iniciais como, sucção, deglutição, qualidade de relação mãe e filho, entre outros. Verifica-se como os pais reagiram afetivamente às mudanças ocorridas pela inclusão de mais um membro na família, procura-se saber como a mãe amamentava a criança e qual a participação paterna ou de outras pessoas na nova rotina.

“... toda anamnese já é, em si, uma intervenção na dinâmica familiar em relação à “aprendizagem de vida”. No mínimo se processa uma reflexão dos pais, um mergulho no passado, buscando o início da vida do paciente, o que inclui espontaneamente uma volta à própria vida da família como um todo”. (Weiss, 2003, p. 63).

Consiste em entrevistar o pai e/ou a mãe, ou responsável para, a partir disso, extrair o máximo de informações possíveis sobre o sujeito. Para isto é preciso que seja muito bem conduzida e registrada. O psicopedagogo deverá deixá-los à vontade para que todos se sintam com liberdade de expor seus pensamentos e sentimentos sobre a criança para que possam compreender os pontos nevrálgicos ligados à aprendizagem.

Segundo Weiss (2003, p. 61):

“A visão familiar da história de vida do paciente traz em seu bojo seus preconceitos, normas, expectativas, a circulação dos afetos e do conhecimento, além do peso

das gerações anteriores que é depositado sobre o paciente”.

Deixá-los falar espontaneamente permite ao psicopedagogo avaliar o que eles recordam para falar, qual a seqüência e a importância dos fatos. O psicopedagogo deverá complementar ou aprofundar.

Em alguns casos deixa-se a família falar livremente. Em outros, a depender das características da família, faz-se necessário recorrer a perguntas sempre que necessário. Os objetivos deverão estar bem definidos, e a entrevista deverá ter um caráter semidiretivo.

De acordo com Paín (1985), a história vital permitirá detectar o grau de individualização que a criança tem com relação à mãe e a conservação de sua história nela.

É importante iniciar a entrevista falando sobre a gravidez, pré-natal, concepção. Weiss (2003, p. 64) nos informa que:

“A história do paciente tem início no momento da concepção. Os estudos de Verny (1989) sobre a Psicologia pré-natal e perinatal vêm reforçar a importância desses momentos na vida do indivíduo e, de algum modo, nos aspectos inconscientes de aprendizagem”.

Segundo Paín (1985), algumas circunstâncias do parto como falta de dilatação, circular de cordão, emprego de fórceps, adiamento de intervenção de cesárea, costumam ser causa da destruição de células nervosas que não se reproduzem e também de posteriores transtornos, especialmente no nível de adequação perceptivo-motriz.

É interessante perguntar se foi uma gravidez desejada ou não, se foi aceito pela família ou rejeitado. Estes pontos poderão determinar aspectos afetivos dos pais em relação ao filho. Posteriormente é importante saber sobre as primeiras aprendizagens não escolares ou informais, tais como: como aprendeu a usar a mamadeira, o copo, a colher, como e quando aprendeu a engatinhar, a andar, a andar de velocípede, a controlar os esfíncteres, entre outros.

Fica bastante claro que segundo Weiss (2003, p.66):

“Somente um ambiente afetivo, informal, possibilita aos pais a diminuição das defesas, a perda de medos e o crescimento da espontaneidade. O terapeuta precisa constantemente auto-rever em seus mecanismos de contratransferência que podem, de algum modo, interferir no clima e na relação com os pais, prejudicando a anamnese”.

É interessante saber sobre a evolução geral da criança, como ocorreram seus controles, aquisição de hábitos, aquisição da fala, alimentação, sono etc., se ocorreram na faixa normal de desenvolvimento ou se houve defasagens. Se a mãe não permite que a criança faça as coisas por si só, não permite também que haja o equilíbrio entre assimilação e acomodação. A intenção é descobrir:

“... em que medida a família possibilita o desenvolvimento cognitivo da criança - facilitando a construção de esquemas e deixando desenvolver o equilíbrio entre assimilação e acomodação - e qual carga afetiva coloca nesses processos”. (Weiss, 2003, p.66).

Alguns pais retardam este desenvolvimento privando a criança de, por exemplo, comer sozinha para não se lambuzar, tirar as fraldas para não se sujar e não urinar na casa, é o chamado de hipoassimilação, ou seja, os esquemas de objeto permanecem empobrecidos, bem como a capacidade de coordená-los. Por outro lado há casos de internalização prematura dos esquemas, é o chamado de hiperassimilação, pais que forçam a criança a fazer determinadas coisas das quais ela ainda não está preparada para assimilar, pois seu organismo ainda está imaturo, o que acaba desrealizando negativamente o pensamento da criança. (Paín, 1985).

Pertinente ao que foi mencionado é interessante saber se as aquisições foram feitas pela criança no momento esperado ou se foram retardadas ou precoces.

“Isto nos permite estabelecer um quociente aproximado de desenvolvimento, que se comparará com o atual, para determinar o deterioramento ou incremento no processo de evolução”. (Paín, 1985, p. 45).

No processo educativo para o controle dos esfíncteres é aconselhável insistir na ação interveniente quando apareçam perturbações na acomodação.

É importante também saber sobre a história clínica, quais doenças, como foram tratadas, suas conseqüências, diferentes laudos, seqüelas. A história escolar também é muito importante, quando começou a freqüentar a escola, sua adaptação, primeiro dia de aula, possíveis rejeições, entusiasmo, porque escolheram aquela escola, trocas de escola, enfim, os aspectos positivos e negativos e as conseqüências na aprendizagem.

Todas estas informações essenciais da anamnese devem ser registradas para que se possa fazer um bom diagnóstico. Encerrada a anamnese, o psicopedagogo terá subsídios para o levantamento de hipóteses, a partir daí fará um plano de intervenção. A

anamnese deverá ser confrontada com todo o trabalho do diagnóstico para se fazer a devolutiva e o encaminhamento.

2.4 Devolutiva e Encaminhamento

A devolutiva é a comunicação verbal feita ao paciente, aos pais, à escola ou a quem apresentou a queixa. É a comunicação de análise e avaliação da problemática acompanhada de uma fundamentação sintética integrada e unificada, necessariamente quando surgem novos dados ou informações, objetivando especificamente uma reorganização da situação no sentido de eliminar ou diminuir as resistências.

Segundo Weiss (2003), no caso da criança, é preciso fazer a devolução utilizando-se de uma linguagem adequada e compreensível para sua idade para que não fique parecendo que há segredos entre o terapeuta e os pais, ou que o terapeuta os traiu. E que os pais compreendendo o significado dos aspectos inconscientes ou latentes do problema assumam a questão em todas as suas dimensões, e que não fique apenas fixado no aparente, no visível.

É perfeitamente normal que, neste momento, exista muita ansiedade para todos os envolvidos no processo, seja o psicopedagogo, o paciente e os pais. Muitas vezes algumas suspeitas observadas ao longo do diagnóstico tendem a se revelar no momento da devolução.

"Ficam evidentes nestas falas as fantasias que chegam ao momento da devolução, e que estiveram presentes durante todo o processo diagnóstico" (Weiss, 2003, p. 130).

É aconselhável que se toque inicialmente nos aspectos mais positivos do paciente para que o mesmo se sinta valorizado. Muitas vezes a criança já se encontra com sua auto-estima tão baixa que a revelação apenas dos aspectos negativos acabam perturbando ainda mais, o que acaba por inviabilizar a possibilidade para novas conquistas.

CAPÍTULO 3

FAMÍLIA E ESCOLA: UMA PARCERIA NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Compreende-se melhor o comportamento da criança quando se entende a importância e analisa como a noção do proibido vai se constituindo ao longo do desenvolvimento infantil. A criança, até o fim do primeiro ano de vida, obedece ao princípio primordial da vida humana: o princípio do prazer.

Família e escola, portanto, tornam-se tão importantes no desenvolvimento e na formação da personalidade infantil que uma das maiores dificuldades na educação de uma criança consiste na tarefa de saber dosar afeição e permissividade com limite e autoridade.

Todos que formam estas duas instituições (escola e família), sabem da importância de impor limites, no entanto esta tarefa não é fácil. Os pais e professores, freqüentemente se deparam com muitas dúvidas apesar de terem consciência de procurarem a maneira “certa” de agir. Procuram, indagando a si mesmos, as razões de suas dúvidas e erros que levam a criança a não corresponder às exigências feitas.

Mouly (1966) afirma que a escola tem uma responsabilidade definida no processo de individuação, fazer com que toda criança tenha, pelo menos, um mínimo de satisfação de suas necessidades. Aqui está a razão da afirmação de que família e escola são parceiras no processo de desenvolvimento da criança.

A criança procura apenas fazer o que lhe causa satisfação e tenta fugir do que é vivido como desprazeroso. A criança, nesse estágio, age por impulso instintivo. Esse é o primeiro sistema de funcionamento mental, o mais primitivo e existente desde o nascimento do indivíduo, que é denominado pela Psicologia de Id. O Id é essencialmente impulsivo - age primeiro e pensa depois. É imperioso, intolerante, egoísta e amoral; é agressivo, sexual, destrutivo, ciumento, enfim, é tudo que existe de selvagem em nossa

natureza. Assim, a criança quer fazer tudo o que lhe vem à mente: deseja o que vê, imita o que fazem ao seu redor e tem permanentemente insaciável e ativa a curiosidade.

“Antes de nascer, a criança vai ocupando um lugar na família, no cenário social, e o que a espera são os hábitos da cultura metabolizados pela sua família, já revelados no modo diferente de esperar a chegada do menino e da menina”. (Bock, 1999. p.251).

Dentre todos os grupos, a família desempenha, sem sombra de dúvidas, um papel primordial na difusão de cultura. Por isso uma família bem estruturada tem grandes chances de gerar e criar uma criança bem estruturada.

E o local com o clima apropriado para levar ao ajustamento do aluno, com a individuação peculiar, que é um dos objetivos primários da educação, é a família, e em complementação a escola. Portanto, esses dois meios e agentes educativos formam um processo interativo e interdependente para cumprirem o respeito, a satisfação das necessidades das crianças, pois assim, somente assim, ocorrerá a realização plena de suas potencialidades inatas.

A educação humana é tão complexa, são de tal modo intrincados os componentes em jogo, tão variáveis as intervenções do ego consciente, tantas as vicissitudes que podem ocorrer, que o processo de educação em busca da formação da personalidade torna indispensável a parceria entre família e escola, e que as intervenções devem ser interativas, intercomplementares e sistêmicas tendo a criança sempre como o centro das atenções, como uma terceira parceria ativa, pessoal, contínua e global; por isso a totalização da educação não poderia jamais ser um caminho reto e curto de chão bem batido. Ao contrário, será um percurso longo e difícil. (Soares, 2003).

Os pais sabem que se relacionar com o lugar familiar é especial e que ocupam como meio ambiente e como provedor ambiental. Ninguém precisa provar para os pais que os filhos necessitam de afeto, calor e tratamento suave desde o nascimento, isso é óbvio.

Winnicott (1999) reforça esta afirmação quando diz que o ambiente que os pais fornecem é especificamente eles mesmos, mãe e pai, as suas características distintas, suas naturezas, que auxiliam a ter consciência de que os pais são insubstituíveis, na formação inicial do processo educativo de seus filhos. Isso compreende tudo o que os pais reuniram à sua volta, o seu aroma, a atmosfera que os acompanham e também inclui a mulher e o homem que resulta ser mãe e pai do bebê, e de outras crianças; e se o casal tem por ventura mais filhos estes também devem ser incluídos de forma natural e dinâmica na formação do ambiente familiar, assim como os avós, os tios e as tias. Com este julgamento, não se está fazendo mais do que expondo à família que os filhos (bebê, criança) vão gradualmente descobrindo, no que se inserem as características do lar que tornam um ambiente familiar diferente de qualquer outro lar.

“Isso é a principal coisa que notamos a respeito das crianças muito pequenas: que, embora acreditem em nós, sua fé pode ser facilmente destruída (...) as crianças pequenas extraem tudo o que há de melhor em nós, de modo que durante algum tempo comportam-se muitíssimo bem”. (Winnicott, 1999, p. 139 e 140).

As crianças muito pequenas necessitam de cuidados consecutivos e seguros, pois caso contrário não se desenvolvem de forma apropriada, visto que têm tarefas evolutivas a cumprir. Se desempenhar bem essas tarefas nos estágios anteriores, encontrarão facilidade no cumprimento das tarefas evolutivas nos estágios seguintes do desenvolvimento individual. Isto faz com que se espere que as crianças em processo de individuação tenham reunido em si mesmas inúmeras amostras de boa assistência, e que tenham avançado para os estágios seguintes com boa dose de crença, crenças pelas experiências com pessoas e com o mundo, pelo que fica muito bem fixado no

processo evolutivo, os sólidos sentimentos de segurança no seu desenvolvimento, na sua individuação. Esse grau de confiança e segurança, nas coisas e pessoas causadoras das experiências, porém, está em processo de construção.

“O que é, pois, que os pais podem proveitosamente saber? Eu sugeriria que há duas coisas principais a saber, uma relacionada com o processo de crescimento e que pertence à criança; e a outra que se relaciona com o suprimento ambiental e é predominantemente de responsabilidade dos pais”. (Winnicott, 1999, p. 142).

Grande parte dos fatores que acontecem com a criança em processo de desenvolvimento ocorrem independentemente dos pais, quer estes entendam ou não, porque a criança possui uma carga e uma tendência genética para o desenvolvimento. Ninguém tem o poder de fazer uma criança ser ou estar triste, alegre, faminta, travessa ou boa, porque isso ocorreu simplesmente. Os processos herdados se estabelecem no momento em que o espermatozóide penetrou no óvulo. É aí que as coisas começam a se realizar em função do corpo, da mente, da personalidade e do caráter do seu filho. É uma função neurofisiológica e anatômica. Desta forma fica óbvio para os pais que os filhos têm uma tendência inerente para viver, respirar, comer, beber e crescer, portanto é uma questão que deve ser reconhecida, inegável e respeitada.

Se os pais observarem a distância, o processo de desenvolvimento em ação constatarão que eles pouco ou nada poderão fazer para transformar a criança pequena em um adulto bom ou asseado, generoso ou sagaz. Outra constatação é que não há duas crianças idênticas, mas sim o princípio central, impulsor dos processos de desenvolvimento da criança que fazem as mudanças que os pais esperam, assim o princípio fundamental é que as tendências inatas pertencem a cada criança.

Seguir essa visão para a educação é de fundamental importância visto que, diante das significativas mudanças sócio-culturais e dos rápidos avanços tecnológicos e científicos do mundo, a educação, como área de estudo e intervenção, viu-se diante da necessidade de uma avaliação de alguns de seus conceitos e atuações, a fim de poder acompanhar e corresponder às demandas do mundo moderno. Processo de ensino-aprendizagem, seus desvios e o tão indesejado fracasso escolar, transformou-se em grandes desafios. Desta maneira a criança deve ser incluída como terceiro agente de construção da educação, visto que, família e escola são os outros dois agentes construtores da educação contemporânea.

O cérebro da criança é o órgão evolutivo da atividade mental, encarado como órgão da civilização, que é capaz de refletir todas as complexidades, plasticidades e intrincadas condições do mundo envolvente e todas as manifestações superiores da atividade humana, materializadas no movimento e no processo de desenvolvimento e aprendizagem, especificamente na linguagem.

Fernandez (1991) revela que todo sujeito tem a sua forma de aprender, o meio, as condições e limites para conhecer; sua maneira própria, pessoal de desenvolver-se, de constituir seu saber.

Também, Freitag (1984) defende que para acompanhar os tempos modernos a escola precisa de uma nova identidade, um novo dinamismo voltado para as mudanças do mundo contemporâneo, um novo compromisso de estar próximo e a serviço dos alunos, dos pais e da comunidade, com uma atuação transparente e fidedigna. Precisa ser prática, objetiva e descentralizada, eficaz e de qualidade.

Para tanto é preciso que a escola adote um plano de desenvolvimento globalizado que represente um momento de análise de seu desempenho, isto é, de seus processos, de seus resultados, de suas relações internas e externas, de seus valores, de suas condições de funcionamento. Devendo ser uma organização sistêmica e organizada no seu processo de aprendizagem em equipe.

Convém aos educadores, dentro desta nova visão, ensinar a todas as crianças, oportunidades para satisfazer suas necessidades, de acordo com formas socialmente adequadas. E afastar o fracasso escolar que já se tornou trágico. Pois, fundamenta-se em discursos que superam o psicológico e negam o pedagógico, pois falam de desnutrição, problemas neurológicos e problemas psicológicos.

Segundo Mouly (1966) um educador que domina os conhecimentos e práticas pedagógicas deve ser capaz de encontrar numerosas maneiras para mediar atitudes da criança inerentes ao seu desenvolvimento, como unidade única e globalizada, sem desrespeitar o quadro de atividades da escola e, até na sala de aula.

A compreensão interessante e empática, por parte do professor, é indispensável, para criar uma atmosfera própria para se dar a aprendizagem. Devendo compreender que um mau comportamento das crianças não procura apenas aborrecê-lo, mas resulta do desconhecimento de melhores formas de satisfazer suas necessidades.

Quando as crianças parecem estar sob tensão, deve ter especial cuidado para não agravar a situação, e, ao contrário, dar-lhes segurança e compreensão de que precisam.

É importante que o educador conheça a si mesmo, tenha sobre si domínio cognitivo e de sentimentos, bem como de seus alunos. E que estes, dentro dessas condições, possam contar com ele, quando “todos os outros os abandonaram”.

Desta maneira, seu comportamento passa a ser convincente a seus alunos, individual e coletivamente, passam a ter certeza de que são aceitos, valorizados e desejados pelo que são; eles precisam dessa segurança, para que se sintam livres, de modo que possam experimentar com maior intensidade e com melhores formas as situações de necessidades.

Isso é verdadeiro para todos os alunos, especialmente no caso de crianças com condições infelizes no lar, pois precisam depender, muito mais, da compreensão e da aceitação do educador.

Algumas vezes, tais situações levam a elucidação para compreender porque algumas crianças se comportam de determinada maneira; todavia, aparentemente aprenderam, em sua experiência anterior, a obter certas satisfações por meio de tal comportamento, e podem ser demasiadamente inseguras para procurar melhores formas para fazê-lo. Até o castigo pode ser um prêmio, se for a única forma de obter atenção! Por isso, é necessário entender tanto o passado quanto a situação presente da criança. Este conhecimento, depois de analisado, contextualizado será um forte subsídio para uma intervenção pedagógica coerente.

Segundo Winnicott (1999) família e escola têm um objetivo comum: estabelecer as melhores condições para favorecer o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. Este objetivo requer atuações de qualidade em cada um dos sistemas, dirigidos a que as crianças possam ter acesso, progressivamente, à cultura de seu grupo social num processo que repercuta de forma favorável em seu autoconceito, na capacidade de relacionar-se construtivamente com outros e nas suas possibilidades de inserir-se paulatinamente em novas estruturas e sistemas. Mas também requer a existência do conhecimento mútuo, a formação de vínculos e o estabelecimento de acordos entre estes contextos originários como condição necessária para que o potencial de desenvolvimento de cada um deles chegue a se concretizar. Cada escola é, em si mesma, uma comunidade que estabeleceu ao longo de sua trajetória uma história de relação e afeto entre seus membros; entre a equipe de docentes, com os alunos, entre a equipe e as famílias; em cada caso estes aspectos são diferentes.

O grau em que os familiares possam elaborar expectativas positivas em relação ao bem-estar e à educação de seus filhos na escola vai depender da acolhida que esta oferecer não somente aos alunos, mas à família em seu conjunto, assim como dos esforços destinados a manter e a cuidar dessa relação. Para que se obtenha esta boa relação entre família-escola, pais e professores atribuem fundamentalmente a responsabilidade na escola. Assim, há uma variedade de intervenções que estão vinculadas à cultura da escola em relação às famílias. Os conteúdos desta relação família-escola são: o caráter sistêmico, mutante e interativo da família; a singularidade da função educacional da família e sua complementaridade com a da escola; o benefício das relações dinâmicas e flexíveis entre a maestria da escola e os familiares e, simultaneamente, a necessidade de estabelecer limites entre ambos os sistemas, evitando as intromissões indesejadas. Outras intervenções dirigidas a levar as famílias a conhecer a escola são: palestras gerais de início de ano, comunicações escritas, personalizadas ou gerais, apresentação de projetos nos quais a escola está envolvida, informar sobre o estilo, as formas de relação que se estabelecem na escola. Todas estas ações têm como fim prioritário melhorar a comunicação entre a família e a instituição educacional e fomentar entre elas relações positivas.

De acordo com Silva (2003), a contemporaneidade impõe transformações na estrutura dinâmica e funcional das famílias gerando desequilíbrio nas relações entre seus membros. Em consequência dessas mudanças os valores do mundo social, os valores tradicionais, transmitidos das gerações passadas, sofrem um processo de instabilidade devida às mudanças que ocorrem de modo muito veloz e parece que as famílias não conseguem se adaptar a uma doutrina de valores sadios dentro de sua organização interna.

Tais questões podem ser tratadas dentro de uma perspectiva analítica que leve à prática profilática de tais males, para mudar as concepções de educação na

família e na escola. Deve-se refletir seriamente para uma tomada de atitude sobre as conseqüências da institucionalização da influência dessas mazelas que invadem a sociedade. É por demais eficiente, antes de qualquer intervenção no campo educacional, levantar a etiologia dos traumas do desenvolvimento. Estes, quando bem diagnosticados, possibilitam uma intervenção mais eficaz e de curto prazo, na criança e na juventude, evitando que tais desajustamentos “enraízem” profundamente, num processo de cronificação. É importante lembrar que ao falar em etiologia, não se pode deixar de pensar em profilaxia, pois esses conceitos estão intimamente ligados.

3.1 Família

Fala-se que uma das maiores dificuldades na educação de uma criança consiste na tarefa de compreender e aplicar, com autoridade, amor e permissividade, o limite. Todos têm consciência da importância do limite, o que de maneira alguma torna esta uma tarefa fácil. Mas a família, a escola e especificamente os pais frequentemente se deparam com muitas dúvidas: querem saber como agir. Querem, por todos os meios possíveis evitar erros na intervenção pedagógica, para que a criança siga em seu desenvolvimento sem falhas significativas ou traumáticas.

“Ao nascer, a criança encontra-se numa fase de indiferenciação com o mundo – não existe mundo externo (o outro) nem interno (o eu). O mundo, neste momento da vida, significa a mãe. Esta é a díade fundamental que cada pessoa vivencia ao nascer”. (Bock, 1999, p. 252).

Na primeira infância, a criança, mais precisamente até o fim do primeiro ano de vida, obedece ao princípio primordial da vida humana. A criança, nesse estágio, age por impulso instintivo, e tenta fugir do que é vivido como desprazeroso. Este é o mais primitivo sistema de funcionamento para o desenvolvimento da criança. Portanto,

não tem um local mais indicado e mais apropriado para avançar na “compreensão”, na capacidade de abraçar, acolher, e, extensivamente, aceitar, perdoar os modos do comportamento da criança no sentido de construir a sua própria personalidade.

Peter (1999) ressalta essa importância quando fala sobre a antropologia do limite, pois afirma a compreensão compassiva do homem, que é própria dos pais na interação educativa de seus filhos. Eles são os mediadores e os impusitores com compreensão, a aceitação do limite pela criança. Urgindo essa ação por parte dos pais e crianças para que possam encontrar o conteúdo do humano. Pois o ser humano está necessariamente vinculado a aceitação do limite. A questão é saber como o limite começa a funcionar, pois é nessa direção que o caminho evolutivo da criança começa.

“O limite é um dado primordial, no sentido de que é a primeira realidade que funda a nossa experiência do homem, em resumo, o limite vem antes de qualquer outra coisa, na ordem da experiência”. (Peter,1999, p.19).

Consubstanciando o seu estágio de evolução, a criança quer simplesmente uma resposta dos pais. Favorável ou não, essa resposta terá o mérito de indicar os limites.

A partir dos três ou quatro anos, a criança passa pouco a pouco do "não" sistemático, modo de comunicação arcaico, mas necessário ao seu desenvolvimento, para o "não" refletido, que afirma seus gostos e escolhas. Assim, a criança aprende a dominar suas atividades instintivas, pois percebe cedo que seu comportamento impulsivo, em vez de satisfação, frequentemente acarreta um castigo ou uma censura da parte do mundo externo. Como acima de tudo a criança deseja e necessita imensamente do apoio e da aprovação dos pais, especificamente, e dos adultos em geral, começa a compreender que necessita controlar melhor seus desejos e impulsos, passando a conformar-se gradualmente com as imposições do meio ambiente (educação) e

controlando ou repelindo os desejos que não podem ou não devem ser satisfeitos, criando o sistema moderador ou filtrador, o Ego.

O Ego faz com que a criança troque o princípio do prazer que orientava suas atividades instintivas, pelo princípio da realidade, mediante o qual consegue adiar ou anular os impulsos que não são adequados ao meio em que vivem. Coloca-se como intermediário entre o Id e o mundo externo, entre as exigências impulsivas e as restrições do meio.

A parte moral ou ética da personalidade se manifesta quando a criança julga um determinado ato na categoria de bom ou mal. Essas considerações dependem de um sistema de autocensura, denominado Superego. Ele desenvolve-se a partir do Ego, mediante a internalização ou incorporação dos modelos externos, das advertências e censuras.

Desse modo é depois dos três ou quatro anos que a criança compreende cada vez melhor as ordens, assim como a noção de bem ou mal. A criança procurará obedecer aos pais, a princípio, apenas para satisfazê-los. Somente mais tarde, por volta dos seis anos, ela compreenderá realmente o sentido de certas proibições, a ponto de aplicá-las sem as suas recomendações.

O Superego passa a atuar sobre a criança da mesma maneira que os pais: punindo-a quando se comporta mal e dando-lhe a sensação de bem estar quando age corretamente. A punição assume um aspecto de sentimento de culpa ou de inferioridade, de angústia ou inquietação. A recompensa proporciona um sentimento de orgulho, de realização ou cumprimento do dever, ou seja, de uma virtude. (Bock, 1999).

A criança que não aprende a ter limite cresce com uma deformação na percepção do outro. As conseqüências são muitas e freqüentemente bem graves, como por exemplo: desinteresse pelos estudos, falta de concentração, irritabilidade, instabilidade emocional, dificuldade de suportar frustrações, falta de persistência, desrespeito pelo outro - colegas, irmãos, familiares e pelas autoridades. Com freqüência essas crianças são confundidas com as que têm a síndrome da hiperatividade verdadeira, porque, de fato, iniciam um processo que pode assemelhar-se a esse distúrbio

neurológico, quando na verdade, muito provavelmente trata-se da hiperatividade situacional. É importante fazer um diagnóstico diferencial.

As crianças, ao contrário do que se pensa, são muito preocupadas com regras. Parece que agir dentro de limites, cuidadosamente estabelecidos oferece-lhes uma estrutura segura para lidar com uma situação nova e desconhecida. É fundamental que os adultos tenham clareza de suas convicções e sejam fieis a elas, pois para os pequenos, eles são modelos vivos a serem seguidos. É por meio do convívio com essas fontes de referências que as crianças vão estruturando a sua própria personalidade

Freitag (1984), entende família e escola como agências socializadoras, na medida que promovem o processo de aquisição das regras básicas para o convívio e sobrevivência social. Estas agências socializadoras são fundamentais para a sociedade, na medida em que transmitem os valores culturais e que são as instituições formadoras da visão de mundo que irão nortear o indivíduo por toda a vida.

De acordo com Silva (2003) independentemente da condição social, a família desempenha profunda influência no desenvolvimento emocional do ser humano. Mantendo entre seus membros, uma hierarquia sexual e etária, sendo o núcleo do parentesco e da afetividade. Alguns pais procuram explicitamente controlar o comportamento dos seus filhos, achando que eles vão se adaptar ao convívio social esperado pelos pais e pela sociedade. De maneira geral, a família tem um caráter conservador que, geralmente, proporciona um conflito com as novas gerações que surgem e que contestam os valores perpetuados pelo sistema social.

“A família tem seu próprio crescimento, e a pequena criança experimenta mudanças que advém da gradual expansão e das tribulações familiares. A família protege a criança do mundo; este, porém, aos poucos vai se introduzindo: as tias e tios, os

vizinhos, os primeiros grupinhos de crianças, e por fim a escola”. (Winnicott, 2001, p. 60).

Na sociedade capitalista o núcleo familiar tem como função básica garantir a manutenção do capital nas classes superiores e, nas classes populares inferiores (subalternas), a reprodução da força de trabalho. No seio familiar, mantém-se, nitidamente, a internalização das ideologias da relação capital-trabalho; num tipo de família, irá se valorizar o capital (propriedade); no outro, irá se valorizar o trabalho (emprego), e assim vai.

Nas famílias menos favorecidas, que compõem a maioria da sociedade, esse caráter ideológico é muito sentido quando ocorre o desemprego de um de seus membros, principalmente se este for o pai. Nas classes subalternas, internaliza-se a ideologia de que, por meio da venda da força de trabalho, acumula-se à riqueza. Esta ideologia é uma representação de crenças que encobrem a realidade, falseando-a e não permitindo perceber e questionar as contradições sociais.

3.2 Escola

De acordo com Freitag (1984), também na outra agência socializadora, a escola, percebe-se sua atuação como responsável pela reprodução de normas e valores sociais, e, conseqüentemente, mantenedora do contexto social. A escola seja ela pública ou privada, é uma das instituições cujo processo socializador é responsável em nossa sociedade pela manutenção do *status quo*³ de seus membros. Verifica-se uma remuneração diferenciada, paga aos professores nas diferentes unidades de ensino público ou privado, retratando, por exemplo, a economia de mercado inserida no seu interior. Mesmo que seu público alvo seja diferente, percebe-se questões que são comuns em quase todas as escolas: a escola de que se fala não é uma escola neutra, ela

³ Papel ou função ocupada e reconhecida na sociedade.

atua como instrumento de dominação cultural, e salvo algumas exceções, ela é portadora de um autoritarismo e tecnocratismo, é legitimadora das contradições sociais. Seus membros hierárquicos (diretores, professores e funcionários) são desunidos, concorrentes e não solidários, reproduzindo, assim, um reflexo da sociedade como um todo.

Por trás da finalidade de transmissão dos conhecimentos acumulados pela cultura está a não conscientização dos educandos sobre a crítica e seu papel no mundo. Ao preparar os jovens das classes menos favorecidas para o mundo do trabalho, ela reproduz sua condição social, mantendo seu *status* social inalterado. Alguns professores são reconhecidos como autoridades por alguns alunos, graças ao seu conhecimento e a relação de respeito que mantêm com eles. Esses professores são minoria, e o mais freqüente é uma relação artificial e de autoritarismo, onde o ensino/aprendizagem acontecem de forma passiva, ou seja, o professor é visto como depositário do “conhecimento”, e o aluno é visto como o depósito do conhecimento.

Segundo Freitag (1978) citado por Silva (2003, p. 58):

“O Estado procura impor uma política de uniformização e “massificação”, através da escolha de profissões, limitando as leituras dos estudantes e privando-os, ostensivamente, do direito de reflexão, fato que também ocorre nas escolas privadas”.

Ao observar como as crianças e os adolescentes são tratados nas escolas, no que diz respeito às suas obrigações disciplinares e normativas, quanto aos seus comportamentos e atitudes, e até mesmo em relação ao conteúdo curricular, percebe-se uma enorme dificuldade da instituição no tocante à compreensão do desenvolvimento da fase pela qual estão passando. É muito comum tanto dentro como fora da sala de aula, deparar-se com cenas de profundo desconhecimento do universo psicossocial do aluno. Geralmente, ele, mesmo quando adolescente, é tratado como criança, e isso faz

com que o jovem venha fingir ser criança ou se rebelar, ambas as atitudes são prejudiciais. No caso de se fingir de criança, aprende desde cedo a técnica da representação social de papéis. A sua rebeldia, por sua vez, apresenta-se como destruição das regras sociais estabelecidas pelo convívio, mas não a substituição por outras mais capacitadas para seu desenvolvimento moral. Aqui depara-se com o famoso rebelde sem causa. (Mouly, 1966)

Chama-se de auto-educação o fato de alguns jovens alunos (criança ou adolescente), não conseguindo encontrar espaço para ser ele mesmo, procurem, em outras esferas institucionais ou com algum professor mais sensível, o espaço necessário para encontrar e produzir sua identidade. Na família, célula embrionária da afetividade mais intensa que um ser humano pode experimentar, também ocorre tal fenômeno. É no interior desse palco da gênese do simulacro⁴ que se vai perceber os maiores conflitos relativos à evolução e ao desenvolvimento do ser humano. Estará em jogo a capacidade de cada um na resolução ou não de tais conflitos, a sua capacidade de romper os valores repressores estabelecidos, ou pior, de tornar-se um frágil e dependente ser humano que perambula pelas ruas das nossas cidades.

⁴ O termo refere-se à cultura das aparências e do disfarce.

CONCLUSÃO

Constata-se que a educação atual está em deficiência, porém não basta alertar para o momento que passa o sistema educacional em consequência das novas realidades no processo de transformação que surge com tanta rapidez pelo advento de novas técnicas, novas ciências e novos conhecimentos.

O sobrecarregado volume de informações que se apresentam à nossa frente a todo instante, acompanhado de velozes transformações nos valores, hábitos e costumes sociais, fazem com que não se possa deixar de admitir que há uma importante e indispensável tarefa: aparelhar e prover nossas crianças para o entendimento deste fato para desenvolver-se com estrutura de personalidade cujo sujeito cognoscente, ou seja, o sujeito do processo de aprendizagem, seja coeso aos tempos que se vive e que seja capaz de modelar sua aprendizagem total e conquistar seu desenvolvimento integral.

Os prognósticos mais sugestivos confirmam que a resposta virá provavelmente da Psicopedagogia, pois está se consolidando no Brasil cada vez mais, num movimento de busca concreta por respostas e alternativas aos problemas vinculados ao aprender, que tanto se avolumam.

A proposta que interessa neste trabalho é a ponderação para defender como num mundo repleto de idéias tão abrangentes e plurais, é possível encontrar eixos fundadores desta epistemologia.

Em consequência, este trabalho compreende observar, investigar e quantificar as dificuldades de aprendizagem pelo diagnóstico fundado na visão da Epistemologia Convergente adotada por Bosse (1995), para levantar o perfil contextualizado afetivo, cognitivo para que se possa observar a psicodinâmica do sujeito epistêmico. Objetiva também, segundo Weiss (2003) identificar os desvios e os

obstáculos básicos no modelo de aprendizagem do sujeito que o impedem de crescer na aprendizagem dentro do esperado pelo meio social.

Esta contextualização da ação psicopedagógica leva a uma organização de aprendizagem sistêmica da educação e do ensino, tão necessário na ação preventiva. Para tanto a Psicopedagogia precisa estar em condições de executar com esmero uma análise crítica da intervenção realizada para determinar a pertinência, a adequação e a eficácia do que está sendo examinado, para alcançar os objetivos estabelecidos. Nesta análise crítica pode, também, incluir a determinação da eficiência.

É indicativo, em conseqüência, que todos os envolvidos em educação assimilem as dificuldades e expressem sua indignação por meio de palavras, ação e práxis, que possam sensibilizar todos quantos são responsáveis pelo que prescreve a LDB – Leis de diretrizes de Bases em seus artigos que determinam o cumprimento de ação política pública digna de uma comunidade que preserve o direito de suas gerações aspirarem vida hígida, independente e auto determinada e para tal o requisito primordial é a educação de qualidade aplicada em todos os âmbitos da nacionalidade e em todas as dimensões, buscando a consecução de uma formação de comunidade de alto nível de desenvolvimento humano como uma sociedade de alto padrão de vida, pessoal, profissional, comunitária com direito a felicidade.

É a qualidade da relação, mais do que o simples processo de transmitir informações, que a escola deve estar atenta às necessidades da criança, olhando-a como sujeito e não apenas objeto da educação, pois a preocupação em estar atenta às necessidades do aluno aponta para a postura ideal: olhar o aluno como um todo e não apenas como alguém que está ali para aprender conteúdos. Firma-se que a aprendizagem é uma construção que se opera subjetivamente a partir de operações internas do sujeito; e que todo comportamento é basicamente intencional e capazes de modificar não somente os caminhos como também o que se encontra em seu final.

Há, portanto todo um desafio pelo que levou este trabalho a tratar também da família e da escola como parceiras na formação da criança. Por que cada vez mais se confirma a importância da relação estreita que deve ocorrer entre escola e família. Esta por sua vez passa a exercer na criança um lugar primordial para formação no cenário social e na formação de hábitos da cultura, pelo que se defende por meio da ação psicopedagógica bem planejada e executada com competência (re) estruturada para viabilizar grandes chances de gerar e criar crianças bem evoluídas, com tarefas bem cumpridas nas etapas do seu desenvolvimento.

As pessoas que exercem a Psicopedagogia sabem que a convivência no ambiente familiar é característico e apropriado como provedor e formador das intervenções na construção da individuação (Ego).

Realizar um trabalho educacional melhor a partir do que se sabe sobre educação, para não ficar o tempo todo na retórica, tímidos sem colocar em prática o que se sabe, é necessária uma consciência individual e coletiva de que no mundo atual não é mais cabível protelar com essas ações arcaicas de pouco ou nenhum valor, por parte dos que fazem a educação. Eis aqui a razão pela qual a Psicopedagogia emerge e é chamada para essa sublime e oportuna tarefa intervencionista para amenizar os problemas de aprendizagens.

O papel é intensificar a vontade e o desejo de fazer com que as pessoas busquem sua visão da realidade, da qualidade e da força da nossa dedicação, empenho e criatividade. As pessoas muitas vezes têm grande dificuldade em falar sobre suas visões porque sabem da distância que há entre visão e realidade. Mas esse hiato, essa distância, é também uma grande fonte de energia. Se não existisse essa distância não haveria necessidade de ação para avançar na direção da visão. Na verdade, essa distância é fonte de energia criativa. Chama-se, então, esse espaço, de tensão criativa.

Não há nenhuma ação psicopedagógica exitosa sem levar em consideração que a atuação sistêmica considera em primeiro lugar a pessoa humana total vivendo sua realidade dentro da teia psicossocial e histórica, por entender que não haverá legitimidade ética ou conquista duradoura e meritória se não puser em relevo, em todas as etapas que compõem os nossos desafios, as pessoas que se beneficiarão dos nossos métodos e programas.

A troca de saberes entre família e escola produz conhecimento indelével que projetam uma trajetória ascendente que culminará na terminalidade de um processo de formação do homem útil a si e a sociedade em que está inserido.

A escola precisa conhecer bem a si mesma, seus alunos, suas famílias e comunidade, porque os novos tempos impõem que a escola tem uma ação de interseção nas demais sociedades. Visto que tanto a família quanto a sociedade tomam um perfil funcional e estrutural com uma dinâmica jamais vista na história da humanidade.

Esta é a visão de uma Psicopedagogia que tem consciência, certeza e segurança do seu papel dentro do novo sistema de educação do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Ubiratan e Ricardo Martins. LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – comentada. Fortaleza-Ce: Livro Técnico. 2ª Edição, 2003.
- BOSSA, Nadia Aparecida. A Psicopedagogia no Brasil. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artes Médicas Sul, 2000.
- BOSSE, Vera R. P. O material disparador - considerações preliminares de uma experiência clínica psicopedagógica. In: Psicopedagogia, Rev 14 (33), São Paulo, 1995.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair e TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias - uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CUNHA, Jurema Alcides e colaboradores. Psicodiagnóstico - V. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 1972.
- CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FERNÁNDEZ, Alicia. A Inteligência Aprisionada. Tradução Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FERREIRA, Luiz Gonzaga Rebouças. Redação Científica. 3ª Ed. revisada. Fortaleza: UFC Edições, 2001.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Moraes, 1984.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1983.
- LOPES, Antonia Osina e outros. Repensando a Didática. 6ª Ed. São Paulo: Papirus, 1991.
- MOULY, George J. Psicologia Educacional. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1966.
- OLIVEIRA, Gislene de Campos. Avaliação psicomotora à luz da psicologia e da psicopedagogia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

- OLIVEIRA, Vera Barros de e BOSSA, Nádía Aparecida (Orgs). Avaliação Psicopedagógica da criança de zero a seis anos. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- PAÍN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre, Artes Médica, 1985.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez Editora?Autores Associados, 1983.
- SILVA, Paulo Sérgio. A formação do eu - A busca da autonomia e do desenvolvimento da maturidade. São Paulo: Editora Expressão & Arte, 2003.
- SOLÉ, Isabel. Orientação educacional e intervenção psicopedagógica. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- WINNICOTT, D. M. O Brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- _____ Conversando com os pais. Trad. Álvaro Cabral. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____ A família e o desenvolvimento individual. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- WEISS, Maria. Lúcia L. Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- VISCA, Jorge. Clínica Psicopedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- _____. Psicopedagogia: novas contribuições; organização e tradução Andréa Morais, Maria Isabel Guimarães - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.